



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JORGITO FRANCISCO CUSNA

**O PROJETO POLÍTICO DO PAIGC E DE AMÍLCAR CABRAL:
INTENÇÕES E REALIZAÇÕES**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

JORGITO FRANCISCO CUSNA

**O PROJETO POLÍTICO DO PAIGC E DE AMÍLCAR CABRAL:
INTENÇÕES E REALIZAÇÕES**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Layla Daniele Pedreira de Carvalho.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

C99p

Cusna, Jorgito Francisco.

O projeto político do PAIGC e de Amílcar Cabral : intenções e realizações / Jorgito Francisco Cusna. - 2021.

47 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Layla Daniele Pedreira de Carvalho.

1. África Portuguesa - História. 2. África Portuguesa - Política e governo. I. Cabral, Amílcar, 1921-1973 - Crítica e interpretação. II. Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. III. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 320.96

JORGITO FRANCISCO CUSNA

**O PROJETO POLITICO DO PAIGC E DE AMÍLCAR CABRAL:
INTENÇÕES E REALIZAÇÕES**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Aprovado em: 24/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Layla Daniele Pedreira de Carvalho (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert

Universidade Federal da Bahia - UFBA

RESUMO

Esta pesquisa analisa o Projeto Político do PAIGC em comparação com o desenhado por Amílcar Cabral. O objetivo é comparar as intenções dos anos da luta de libertação com as realizações feitas pelo partido único depois da independência na Guiné-Bissau. Concretamente, no que diz respeito ao projeto da unidade binacional entre a Guiné e Cabo Verde, que outrora serviu-se da força motriz para a conquista da independência. A pesquisa também abordará as questões da etnicidade na construção da nação guineense, dentro da perspectiva ideológica de Amílcar Cabral. De salientar que a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica de materiais já publicados sobre o assunto. E pretende-se com essa pesquisa contribuir na escassa literatura científica sobre a historicidade política e sociocultural guineense.

Palavras-chave: África Portuguesa - História. África Portuguesa - Política e governo. Cabral, Amílcar, 1921-1973 - Crítica e interpretação. Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

ABSTRACT

This research compares the Political Project of the PAIGC with the one proposed by Amílcar Cabral. The goal is to compare the intentions of the years of the liberation struggle with the achievements made by the single party after independence in Guinea-Bissau. Specifically, with regard to the project of binational unity between Guinea and Cape Verde, which once served as the driving force for the achievement of independence. The research will also address the issues of ethnicity in Guinean nation-building, within Amílcar Cabral's ideological perspective. It should be noted that the research is based on a bibliographic review of materials already published on the subject. This research intends to contribute to the scarce scientific literature on Guinean political and sociocultural history.

Keywords: African Independence Party of Guinea and Cape Verde. Cabral, Amílcar, 1921-1973 - Criticism and interpretation. Portuguese Africa - History. Portuguese Africa - Politics and government.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP - Assembleia Nacional Popular

CEA - Centro de Estudos Africanos

CEI - Casa dos Estudantes do Império

CSL - Conselho Superior de Luta

FARP - Forças Armadas Revolucionária do Povo

FLING - Frente da Libertação Nacional da Guiné

FRAIN - Frente da Revolucionária Africana para a Independência

ISA - Instituto Superior de Agronomia

JURG - A Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses

MAC - Movimento Anti-Colonialista

MLNCP - Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas

MUD/Juvenil - Movimento Juvenil de Unidade Democrática

OUA - Organização das Unidade Africana

PAI - Partido Africano para a Independência

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCP - Partido Comunista Português

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PRS - Partido da Renovação Social

PUN - Partido da Unidade Nacional

T.A.C.V. - Transportes Aéreos de Cabo Verde

T.A.G.B. - Transportes Aéreos da Guiné-Bissau

UEMOA - UNIÃO ECONÓMICA MONETÁRIA DE OESTE AFRICANA

UPANG - União Patriota Anti-Colonialista da Guiné-Bissau

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ASCENDÊNCIA DE AMÍLCAR CABRAL E A CRIAÇÃO DE PAIGC	13
3	UNIDADE GUINÉ E CABO VERDE	20
3.1	UNIDADE NA PERSPECTIVA DE AMÍLCAR CABRAL	20
3.2	UNIDADE GUINÉ E CABO VERDE NA PRÁTICA (1973-1979)	23
3.3	FIM DA UNIDADE: VIEIRA E A SEPARAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE	31
4	A ETNICIDADE NA NAÇÃO	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	Referências	46

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva analisar o projeto político do Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) destacando a contribuição e as ideologias de seu líder e co-fundador Amílcar Cabral. Concretamente, o objetivo é comparar as intenções dos anos da luta de libertação com as realizações feitas pelo partido único depois da independência na Guiné-Bissau. De salientar que para essa pesquisa a ênfase recai sobre dois objetivos que entendemos primordiais no programa maior do PAIGC: a unidade Guiné e Cabo Verde e a etnicidade na Nação. Para a análise escolheu-se um recorte histórico de 1973 a 1994, que compreende o período da independência ao fim do partido único. Reconhecemos que em momentos específicos extrapolamos o recorte temporal, trazendo uma abordagem hodierna. Partimos das seguintes questões norteadoras para alcançar o objetivo desse trabalho: O que resultou na dificuldade do cumprimento do princípio da Unidade binacional? o PAIGC e Amílcar Cabral edificaram a Unidade Nacional como princípio principal durante a luta de libertação e para a implementação do programa maior. O que permitiu o renascimento do discurso étnico após a independência? Como tem sido o aproveitamento do sentimento ético no cenário político e social guineense?

Para responder essas questões levantadas adotamos como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica. De acordo com Medeiros (2014, p. 39), a pesquisa bibliográfica “constitui-se em fonte secundária. É aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações do seu interesse”.

A importância do nosso objeto de estudo é que ele nos permite ter a noção do rumo que a Guiné-Bissau tomou após a independência e, também, refletir sobre o princípio da construção da unidade nacional perante a diversidade étnica. Pretendemos com essa pesquisa contribuir no enriquecimento da literatura científica guineense e africana, sobretudo no que diz respeito à historicidade política e social e, acreditamos também que ela poderá servir para realizações de muitas temáticas concernentes às Ciências Sociais e Humanas.

A pesquisa compõe-se de três capítulos seguidos de considerações finais. No primeiro capítulo, abordamos a ascendência de Amílcar Cabral e a criação do PAIGC, seu percurso na Guiné, Cabo Verde e em Portugal. Já no segundo capítulo analisamos as ideias de Cabral relativas à construção do projeto da Unidade Guiné e Cabo Verde durante e a após a luta, quais foram as realizações políticas do PAIGC até a ruptura do projeto binacional, que fez o partido deixar de ter controle nos dois territórios. Por último, não menos importante, falaremos da Etnicidade na

Nação, a idealização do projeto da unidade nacional, em claro reconhecimento do mosaico étnico guineense como propus Cabral, no entanto, abordamos o aproveitamento político de cunho tribal e os seus contornos negativos perante a unidade nacional.

Mas antes de apresentar especificamente os termos e resultados da pesquisa, entendemos que é necessário contextualizar os nossos leitores da situação geográfica e assim como do percurso histórico da jovem Guiné-Bissau, aquela que era a antiga colônia portuguesa, na altura denominada da Guiné-Portuguesa. A Guiné-Bissau é um país que fica localizado na costa ocidental da África, com uma área de aproximadamente 36.125 km², limitada ao norte pelo Senegal e ao Sul e Leste pela República da Guiné Conacri, assim como ao Oeste com Oceano Atlântico. A extensão de suas fronteiras é de 865 Km, dos quais 705 terrestres e 160 marítimos. [...] O território compõe-se de uma parte continental e de uma parte insular, formada pelas ilhas do arquipélago dos Bijagó, a ilha de Bolama, a ilha de Pecixe e outras ilhotas (SILVA, 2000, p. 33).

De acordo com os últimos números (recenseamento de 1979) colocam a população em 767.731 habitantes (JAUARÁ, 2017). No entanto, atualmente estima-se a população a cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes (COUTO; EMBALÓ, 2010).

A África, muitas das vezes, é referida como não tendo nenhuma história antes da chegada dos europeus, desse modo, a história se iniciaria com a descoberta desse continente pelos portugueses, no período da sua expansão marítima. Contrariamente a essa tentativa destruidora e reducionista dos europeus de subalternizar a África e seus povos, vários escritores africanos já provaram que antes da chegada dos europeus no continente, já havia inúmeras populações e civilizações que possuíam suas próprias dinâmicas de vida. Na costa da Guiné, onde a Guiné-Bissau se inclui, antes de 1446, quando Nuno Tristão ali chegou pela primeira vez, já existiam inúmeros povos nessa região, que por motivos da recusa da islamização acabaram por deslocar-se para o litoral.

De acordo com Benzinho e Rosa (2015) a presença portuguesa no território guineense iniciou-se em 1588 na vila de Cacheu, que ficou sob administração do Arquipélago de Cabo Verde. Essa ocupação deve-se talvez por sua localização geográfica e por dispor de um porto com águas profundas, permitindo aos portugueses transportarem as suas mercadorias (ouro, marfim e especiarias) incluindo escravizados. Porém, para além dos comerciantes portugueses e cabo-verdianos, Cacheu foi a casa dos portugueses “lançados” (aventureiros) e dos “degredados” (condenados ao exílio) (BENZINHO; ROSA, 2015, p.11).

Ao começar a segunda metade do século XIX a presença portuguesa na Guiné, embora antiga, mantinha-se muito limitada. Reduzia-se a uma Praça (a de Bissau), quatro Presídios

(Cacheu, Geba, Farim e Ziguinchor), um Posto (Bolor) e a ilha de Bolama [...] (D. SILVA, 2010, p. 21).

Portanto, percebe-se a resistência dos bissau-guineenses quanto ao colonialismo português, o que contribuiu na tardia penetração dos portugueses no território. Não obstante a resistência dos guineenses, todavia a região foi palco de muita concorrência e disputa entre Portugal, França e Inglaterra, o que também se configura como um dos obstáculos de Portugal em penetrar na Guiné. Com a criação, em 1692, da capitania de Bissau, Portugal procurou dotar o território de estrutura administrativa para fazer frente às dificuldades causadas pelos desentendimentos entre comerciantes e nações estrangeiras, que procuravam fixar-se e traficar na região – franceses e ingleses (SILVA, 2000, p. 35).

Posto isso, a conferência de Berlim 1885, foi crucial, na medida em que conseguiu fazer cessar a disputa pela região. As fronteiras foram delineadas pela convenção relativa à delimitação das possessões portuguesas e francesas na África ocidental, assinada em Paris, a 12 de Maio de 1886, e Portugal perdeu o chão do Casamansa, incluindo o Ziguinchor, ficando o território quase reduzido a uma faixa litoral (D. SILVA, 2010, p. 22). Com isso, inicia-se a construção da Guiné Portuguesa, com campanhas e alianças com algumas etnias e, mais tarde precisamente em 1951, face à pressão internacional, Portugal autodenominou a Guiné de província ultramarina.

Contudo, a resistência dos guineenses e a luta pela autodeterminação sempre se fizeram sentir, o que resultou na criação do Partido Africano pela independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 19 de setembro de 1956, (a data oficial de acordo com o partido, muitos autores têm rejeitado considerando essa data como falsa, por exemplo, o historiador guineense Julião Soares Sousa, tenta de forma excelente analisar essa discussão da criação do PAIGC no seu livro) tendo como seu líder o insigne africano Amílcar Lopes Cabral. Sobre a criação do PAIGC e a vida do seu líder, abordaremos melhor no capítulo que sucede. Sabe-se que, durante três anos a resistência do PAIGC foi pacífica, mas intensificou-se após o massacre do Pindjiguiti, de 3 de Agosto de 1959, que culminou em mortes. Os números de mortes variam, alguns falam em 50 mortos e 100 feridos, outros falam em 9 mortos e 35 feridos, porém existe a versão que talvez seja mais precisa, trata-se dos números apontados por D. Silva (2010, p. 110), de acordo com o mesmo, “afinal o balanço era 24 mortos e 35 feridos, alguns muitos graves. Chegaram mesmo a matar alguns africanos dentro da água”. A Polícia de Segurança Pública (PSP) ficou responsável por essa atrocidade, que cicatrizou como o marco histórico na luta de libertação da Guiné, e posteriormente num dos feriados nacionais. Quatro anos depois, em 1963 PAIGC inicia a luta armada, sob liderança de Amílcar Cabral, a luta que durou onze anos e terminou

com a vitória do PAIGC, que procedeu com a declaração unilateral da independência em 1973 na Madina de Boé, sem o seu protagonista principal Amílcar Cabral, que foi assassinado meses antes da proclamação da independência a 20 de Janeiro de 1973, sem no entanto descobrirem o responsável pela sua morte. Mas sobre esse assunto enfatizaremos melhor no capítulo que se sucede. Contudo, a Guiné-Bissau torna-se a primeira colônia portuguesa em África a conseguir a sua independência.

A Guiné-Bissau independente começa então o seu caminho na implementação do “Programa Maior” do PAIGC, visado ao desenvolvimento do país. Com a governação de Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, a Guiné teve seus momentos de avanços e recuos, também se constata momentos de muita repressão e perseguição política, “bem como uma tentativa de implementar um governo de inspiração socialista, num projeto de Unidade da Guiné-Bissau e de Cabo Verde que termina abruptamente em 1980, com um golpe de Estado perpetrado pelo Primeiro-Ministro Nino Vieira¹, que assim assume a liderança do país (ROSA e BENZINHO, 2015, p.12-13).

Após o derrube do Luís Cabral deu-se o fim do sonho de Cabral, da União entre Guiné e Cabo Verde. A Guiné com a liderança do Nino Vieira conheceu um outro rumo, e abriu-se em 1991 ao regime do multipartidarismo e a primeira eleição realizada em 1994 com a vitória do PAIGC. Em 1997 a Guiné-Bissau integra a União Económica Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e adota o Franco CFA como moeda nacional, substituindo o Peso. O país também é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) desde 1975.

¹ Foi o primeiro Presidente da República após abertura para o multipartidarismo em 1994, e posteriormente assassinado a 03 de Março de 2009.

2 ASCENDÊNCIA DE AMÍLCAR CABRAL E A CRIAÇÃO DE PAIGC

Postumamente, em 4 de março de 2020, Amílcar Cabral, o ideólogo das independências da Guiné-Bissau e Cabo Verde foi considerado segundo maior líder mundial de todos os tempos, numa lista elaborada por historiadores pela “BBC World Histories Magazines”². Resultado do seu empenho pelas independências da Guiné-Bissau e Cabo Verde, e não só, porém, devido ao seu impacto positivo na humanidade.

Amílcar Cabral nasceu em Bafatá (Guiné-Portuguesa), no dia 12 de setembro de 1924. Filho de pais caboverdianos que em consequência da escassez de recursos em Cabo Verde tiveram que mudar para Guiné (TOMÁS, 2008, p.37). De acordo com António Tomás (2018), desde a chegada dos portugueses no território guineense em 1446, e ao longo dos séculos, os caboverdianos tratavam a Guiné como terra de oportunidades. Devido a poucos recursos que as ilhas de Cabo Verde ofereciam, portanto, a Guiné contava com melhores condições. Foi em busca das melhores condições de vida que Juvenal Cabral e Iva Pinhel Évora mudaram-se para Guiné em anos diferentes. Só alguns anos após a chegada de ambos, em princípios da década de 20, é que Juvenal e Iva se conheceriam (TOMÁS, 2008, p.39). Na Guiné, Juvenal residiu em Bafatá e Iva, em Geba.

A infância de Cabral dividiu-se entre a Guiné e Cabo-Verde. Fala-se pouco da sua infância na sua terra natal, porém, de acordo com Sousa (2016, p.52) “[...] durante este período, sabe-se apenas que, seguindo o percurso dos próprios progenitores, mais concretamente do pai, Amílcar Cabral teria repartido essa infância entre Bafatá (1924-1927) e Geba (1927-1929)”. Não obstante existir muita controvérsia na data da sua partida a Cabo-Verde, sabe-se que Cabral deixou a Guiné definitivamente aos 8 anos de idade, em 1932, o que implicou que Amílcar Cabral não tivesse criado, nesta fase, fortes vínculos com a Guiné, ou não guardasse recordações em relação à sua primeira infância. Talvez por isso em nenhum momento se referiu a este período (SOUSA, 2016, p.55).

Juvenal Cabral teve muitas oportunidades de trabalho em Guiné e, apesar de ter sido professor do ensino primário, aparentemente não se preocupou com a educação dos filhos, pois, Cabral saiu da Guiné sem que tenha iniciado os estudos primários, os quais viria a iniciar apenas aos 12 anos, em 1936. A grande responsável para que Cabral se iniciasse os estudos foi a sua progenitora Iva Pinhel Évora que, ao voltar a Cabo-Verde em 1932, após três anos depois da

² <https://www.historyextra.com/magazine/who-greatest-leader-world-history/>

separação de Juvenal Cabral³, constatou que os filhos Amílcar e as irmãs gêmeas Arminda e Armanda, não estavam sendo bem-educados pelo pai. Iva Pinhel Évora, mesmo sabendo do dispendioso custo, decidiu colocar sobre os seus ombros a exclusiva responsabilidade de cuidar dos filhos, tendo assumido a partir dali a responsabilidade de colocá-los a estudar. Foi assim, que Cabral iniciou os seus estudos primários:

[...] em 1936, aos doze anos de idade começara finalmente os seus estudos e cumpriria a escolaridade primária num único ano letivo. Em Outubro de 1936 foi colocado numa turma da primeira classe, em Janeiro foi transferido para uma da segunda, terminando a terceira e a quarta classes ainda no final daquele ano. No ano letivo seguinte, 1937/1938, já estava inscrito no Liceu Gil Eanes (TOMÁS, 2008, p.49).

Com a finalidade de seguir com os estudos liceais, Cabral teve de mudar com a família de Santiago para a Ilha de São Vicente. No período, ele já demonstrava ser um aluno promissor tendo concluído os estudos primários entre os melhores e de forma “distinta”. Entretanto, a vida exigia muito dele em S. Vicente pois, sabendo da responsabilidade financeira que recaia sobre os ombros da mãe, decidiu colaborar na manutenção da família, fazendo alguns trabalhos, como venda ambulante e dando aulas aos seus colegas de Liceu e do próprio ano, para poder suprir com algumas necessidades básicas em casa.

Durante os seus estudos liceais, Cabral começou a entender o propósito do processo educativo português implementado nas colônias, principalmente em Cabo Verde, que contava com dois primeiros liceus criados pela colonização portuguesa nas colônias africanas, o primeiro foi Seminário-Liceu fundado em S. Nicolau, em 1866. O segundo foi Liceu Infante D. Henrique em S. Vicente, fundado em 1917, que em 1938 passou a ser designado de Liceu Gil Eanes. Dessa forma, para Cabral, a escola foi mais um espaço de assimilação do discurso ideológico imperial do que um lugar de conscientização política no sentido anticolonial, a avaliar pelos programas curriculares ministrados (SOUSA, 2016, p.72).

António Tomás aponta que, no meio de vários afazeres, Amílcar Cabral arranjava tempo para se dedicar ao seu próprio despertar intelectual. Foi nos anos de liceu que escreveu seus primeiros poemas (TOMÁS, 2008, p. 53). Há quem diga que nos poemas de Cabral já havia

³ Em conformidade com a entrevista da Armanda Lopes Cabral, a irmã de Cabral, aquando da saída de Juvenal da Guiné, Iva Pinhel Évora, que, entretanto, decidira ficar mais algum tempo naquela colônia, tinha-lhe alegadamente pedido que deixasse os três filhos [...] ao cuidado da mãe dela, Maximiana Monteiro da Rocha, a residir na cidade de Praia (SOUSA, 2016, p. 62). Todavia, Juvenal não cumpriu a promessa e, decidiu levar os filhos para sua residência na Achada Falcão, uma ilha pequena, com poucas infraestruturas e caracterizada pelo seu isolamento, o que não contribuiu bastante na socialização de Cabral, e deve-se também a educação severa e restritiva de Juvenal, os filhos tiveram muito atraso na formação.

intenções políticas, já que ele escondia ideias políticas e sociais contra o regime português de forma indireta nos seus poemas.

Terminando o ensino secundário entre os melhores, Cabral teve que regressar à Praia e arrumou o trabalho na Imprensa Nacional como ajudante tipógrafo. A passagem pela Imprensa Nacional era apenas um compasso de espera, pois Amílcar Cabral esperava continuar os seus estudos em Lisboa (TOMÁS, 2008, p. 54). Em 1945 obteve uma bolsa de estudos da Casa dos Estudantes do Império (CEI)⁴ para estudar Agronomia. Em Lisboa, na troca de experiência com outros jovens de outras colônias, descobriria causas às quais dedicaria a sua vida (TOMÁS, 2008, p.55).

A chegada de Cabral em Lisboa em 1945, culminou precisamente com a época do fim da Guerra na Europa contra o eixo nazifascista, quando se generalizou a ideia de que a Humanidade iria finalmente viver um período de democracia, liberdade e paz (MEDEIROS, 2014, P.39). Foi também o ano da assinatura da Carta das Nações Unidas, na qual se inscreve como inalienável o direito dos povos à autodeterminação e independência (TOMÁS, 2008, p, 58). No entanto, o regime português, liderado por Salazar, não aceitou abrir a mão das suas políticas de orientação fascista, mesmo sabendo do advento da nova realidade mundial. Nesse contexto, a oposição portuguesa mobiliza-se em torno da queda do regime de orientação fascista, exigindo a abertura democrática e a convocatória das eleições, que viriam a acontecer em 18 de Novembro de 1945.

Os protagonistas do Núcleo dos Estudantes Africanos, nomeadamente, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Vasco Cabral e Marcelino dos Santos tiveram uma participação ativa na luta da oposição portuguesa. O grupo de estudantes acreditava que, derrubando o regime fascista português, os povos africanos conseguiriam libertar-se do colonialismo português, tendo por isso aderido à luta junto com o Partido Comunista Português (PCP) e o Movimento Juvenil de Unidade Democrática (MUD/Juvenil).

A participação na luta antifascista rendeu muita experiência ao Núcleo dos Estudantes africanos que, *a posteriori*, viriam a ser os líderes dos movimentos independentistas dos seus países. Pois, como os mesmos relatam, a adesão partidária e na luta contra o “fascismo” português desenvolveu neles uma experiência sobre a clandestinidade: organizavam passeios, reuniões clandestinas, distribuía panfletos no calar da noite, mudavam de casa

⁴ “A passagem pela CEI era obrigatória. Esta instituição assumiu como seu principal objetivo a criação de condições mínimas para que os jovens estudantes vindos de África pudessem prosseguir os seus estudos sem grandes sobressaltos. A organização ajudava os estudantes a encontrar alojamento, oferecia refeições económicas e dispunha de um posto médico” (TOMÁS, 2008, P.62).

constantemente, tudo para evitar que fossem presos pelo regime. Ademais, a militância nos movimentos antifascistas não foi a única experiência, porque chegou o momento que o Núcleo dos Estudantes Africanos perceberam que a luta que estavam fazendo não resultaria na independência dos povos africanos e tiveram que seguir novos rumos, como diria o protagonista da Revolução Cubana, Che Guevara, que “o homem deixa de ser escravo e instrumento do meio e converte-se em arquiteto do seu próprio destino” (MEDEIROS,2014, P.42). Esse destino seria a busca de identidade, assim, como diria Cabral, pela “africanização dos espíritos”, por influência da negritude e do pan-africanismo. Em conformidade com o António Tomás (2008), assim, pela “africanização dos espíritos”, cortava-se um vínculo cultural com Portugal e reclamava-se uma herança que precedia a chegada dos europeus à África: a herança negra (TOMÁS, 2008, p.65).

Após sentirem desamparados, decidiram seguir um novo rumo que é a busca de identidade e a libertação do Homem africano da barbárie colonial. Logo, tiveram que criar algumas instituições onde se reuniam, trocavam experiências e se organizavam para enfrentar ideologicamente o colonialismo português. Por exemplo, decidiram criar o Centro dos Estudos Africanos (CEA) em Portugal, em 1951, o Movimento Anticolonialista (MAC) em Lisboa (Portugal), em 1958, e a Frente Revolucionária Africana para a Independência (FRAIN) em Tunes (Tunísia), em 1960. Todavia, como bem elucidada Julião Soares Sousa, apesar de terem criado todas essas instituições acima mencionadas, não se pode dizer que, de 1949 a 1959, tenha sido fácil aos africanos desligarem-se completamente da luta antifascista (SOUSA, 2016, p. 123).

Não obstante, a luta antifascista render muita experiência para Amílcar Cabral e os demais colegas, o movimento da Negritude e o do Pan-africanismo tiveram um papel decisivo na conscientização ideológica e cultural de Cabral e os colegas. Além disso, constata-se no percurso de Cabral, a influência de vários grandes autores e personagens negros que lutavam contra o colonialismo europeu, como W.E. Burghardt Du Bois (1868-1963), Henry Sylvester Williams (1869-1911), Kwame Nkrumah (1909-1972), Frantz Fanon (1925-1961), Marcos Mosiah Garvey (1887-1940), Edward Blyden (1832-1912), Aimé Césaire (1913-2008), e Léopold Sédar Senghor (1906-2001).

Após terminar a licenciatura em Agronomia, em 1952, Cabral precisou retornar à Guiné, pois, apesar de o título de engenheiro agrônomo recebido permitir que ele trabalhasse em várias instituições portuguesas, inclusive no Instituto Superior de Agronomia (ISA), sua participação na luta antifascista e a perseguição pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) barrou-o várias vezes a acessar postos em Portugal e demais colônias ultramarinas. Como

resultado, de acordo com a sua primeira esposa, Maria Helena, Cabral chegou a concorrer a “todos os concursos de África que apareciam” [...] (SOUSA, 2016, p. 155). A ida para Guiné foi possível porque por ser menos desenvolvida em comparação às outras colônias, como caso de Cabo Verde, Angola e Moçambique, poucas pessoas se interessavam ir trabalhar na Guiné. Finalmente, abrindo a vaga para Guiné, na impossibilidade de conseguir o trabalho em Portugal e demais colônias ultramarinas, Cabral regressa a sua terra Natal, em 21 Setembro de 1952, para trabalhar na Repartição Serviços Agrícolas e Florestais, em Pessubé, como engenheiro agrônomo de segunda classe.

O regresso a Guiné, foi o momento em que Cabral finalmente vai conhecer *in loco* sua terra natal. A partir do recenseamento agrícola Cabral vai começar a criar vínculo com o povo e conhecer a situação geográfica da Guiné. Foi na Guiné que se envolve ativamente na luta anti-colonial.

Todavia, para que Cabral pudesse levar em frente o projeto futuro da libertação da Guiné e Cabo Verde, precisava no primeiro momento fazer novas amizades e contar com apoio da sua família, que teve de mudar para a Guiné por iniciativa de Cabral. Além do seu irmão Luís Cabral, com quem passaria os restantes de anos da sua vida, Cabral contou com apoio fundamental de Aristides Pereira, aquele que estaria futuramente na liderança do partido após a independência da Guiné. Juntaram-se a eles posteriormente alguns funcionários caboverdianos. Entretanto, rapidamente Cabral tornou-se líder do grupo, não só pelo fato de entre seus colegas ser o funcionário que ocupava a posição mais importante, outrossim, “por outro, vinha já com uma certa aura de nacionalista, pelos anos vividos em Lisboa e pelas atividades políticas em que se envolvera” (TOMÁS, 2008, p. 88).

A residência de Cabral em Granja Pessubé, tornou-se o lugar das reuniões clandestinas do grupo. Uma pessoa ficava à porta para controlar os movimentos. “E era a Helena Iva, sobrinha de Cabral, quem por vezes, tinha a missão de ficar à porta a controlar o movimento na rua” (TOMÁS, 2008, p. 89). Sempre que chegava alguém, ela avisava ao grupo, que de imediato disfarçavam a dançar.

Após dois anos da sua chegada a Guiné, em 1954 Cabral junto com alguns amigos, a fim de juntar a população, e levar as suas pretensões adiantes, decidiu criar uma associação desportiva, mas que foi indeferida por colonizadores. A associação tinha como objetivo juntar os jovens e sensibilizá-los pouco a pouco sobre o projeto a realidade colonial.

Foi nestas tentativas de criar associação desportiva e nas reuniões clandestinas na Guiné, que surgiria o Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Pode-se afirmar que é fruto da vivência e experiência de Amílcar Cabral nos anos de Lisboa, como o

próprio afirmou a posteriori, em 1970 num artigo na revista cubana *Pensamiento Crítico*, onde descreve o seguinte:

Desenvolvemos o nosso partido, em sintonia com a realidade do nosso país e com as exigências da luta, mas, obviamente, alguns de nós conhecemos certas experiências partidárias, especialmente as da clandestinidade em Portugal⁵ (CABRAL *in* SOUSA, 2016, p.123, nossa tradução).

A fundação do PAIGC, sob a liderança de Cabral, contou com a participação de mais cinco elementos, nomeadamente: Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Elysée Turpin e Júlio de Almeida. No início era PAI – Partido Africano para Independência, a designação sofreria acréscimo de duas letras, de acordo com António E. Duarte Silva (2010), em 1960 nas reuniões de quadros em Dacar, e passou a ser designado de PAIGC. Essa mudança tinha como função distanciar o novo partido do homônimo PAI-Senegalês e fazer referência à união da Guiné e Cabo Verde.

Após várias tentativas de negociações pacíficas com o governo colonial português com o propósito da libertação dos dois territórios, que não resultaram em nada, o PAIGC estabelecerá a sua base em Conakry, em 1960, e três anos depois, concretamente em 23 de Janeiro de 1963, dará início à luta armada pela libertação da Guiné e Cabo Verde. Devido à vantagem territorial a luta aconteceu em Guiné, pois “Cabo Verde não era propícia ao tipo de resistência idealizada pelo PAIGC, tendo em consideração que, além de ser conjunto de dez pequenas ilhas, é uma região árida isolada no meio do Atlântico a algumas milhas do continente” (SEMEDO, 2009, p.52). Infelizmente, o ideólogo principal não participará dos desfechos finais. Cabral foi assassinado a 20 de Janeiro de 1973, quando regressava de uma recepção na Embaixada da Polónia em Conakry (SOUSA, 2016, p. 519). Não obstante o desfecho, o Partido não desistiu de lutar pela independência.

Podemos considerar que o PAIGC foi o movimento que mais sucesso teve nas colónias portuguesas na África, pois além de libertar dois países, a Guiné-Bissau foi a primeira colónia portuguesa a ter proclamada unilateralmente a sua independência em 24 de setembro de 1973, uma vez que Portugal só reconheceria a independência depois da queda da ditadura salazarista, em 10 de setembro de 1974. Como vimos ao longo deste capítulo, o processo de criação do PAIGC perpassa um processo de amadurecimento político de Cabral tanto na perspectiva de sua formação académica quanto à formação como ativista pan-africanista. Nos próximos

⁵ “Hemos desarrollado nuestro partido, en consonancia con la realidad de nuestro país y con las exigencias de la lucha, pero, evidentemente, algunos de nosotros, conocemos ciertas experiencias partidarias, sobre todo de la clandestinidad en Portugal” (SOUSA, 2016, P.123).

capítulos buscaremos entender o quanto o projeto e a vivência de Cabral se materializaram na Guiné-Bissau e em Cabo Verde no período do pós-independência.

3 UNIDADE GUINÉ E CABO VERDE

“O sentido de unidade que vemos no nosso princípio é o seguinte: quaisquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo. Quer dizer, o nosso princípio, unidade é no sentido dinâmico, quer dizer de movimento” (Amílcar Cabral, Unidade e Luta).

3.1 UNIDADE NA PERSPECTIVA DE AMÍLCAR CABRAL

O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde e seu carismático líder Amílcar Cabral tinham como princípios norteadores a UNIDADE E LUTA como base de tudo. No sentido de unificar o povo da Guiné e o povo Caboverdiano contra o domínio português e depois unificar essas duas nações, formando um estado binacional.

Constituir a unidade e lutar contra o colonialismo português não era uma tarefa fácil para o PAIGC, considerando as adversidades socioculturais na Guiné e Cabo Verde. Cabral entendeu que era preciso trabalhar muito na unidade do Partido, para evitar a balcanização e possibilitar a luta contra o colonialismo português. Cabral sempre acreditou que a união faz a força, contanto que todos conseguissem enxergar a realidade a que estão submetidos pelos colonizadores, deixar as diferenças de lado e se unir e lutar contra o colonialismo português. De forma peremptória o líder da independência da Guiné e Cabo Verde afirma:

Para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade também é preciso lutar. E isso significa que, mesmo entre nós, nós lutamos; talvez os camaradas não tenham compreendido bem. O significado da nossa luta não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade e luta. Unidade para lutarmos contra os colonialistas e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser (CABRAL, apud ANDRADE, 1978, p. 121).

Para dar sustento à unidade entre as duas nações e seus respectivos povos, o PAIGC deixou patente no seu Programa Mínimo, assim como, no seu Programa Maior⁶ como deveriam ser conduzidos esses dois povos à tão almejada unidade, levando em consideração a vontade popular que será oportunamente consultada após a independência da Guiné e Cabo Verde.

Para Sousa (2016, p.221), os projetos de uniões regionais e sub-regionais, nomeadamente entre a Guiné-Conakry e o Gana não passaram despercebidos a Amílcar Cabral, pois, ele acompanhou de perto esse processo. Para muitos autores foi isso que impulsionou Cabral a partir já de 1959 ter ideia do projeto federalista entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde

⁶ PAIGC- Programa e estatutos, acessar o link <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04309.006.002>

(SOUSA, 2016, p.222). Tal ideia repercutia em parte a união administrativa entre esses dois territórios desde o século XVI até 1879, ano da criação da colônia Guiné portuguesa. No programa apresentado por Amílcar Cabral à III Conferência dos Povos Africanos, realizada no Cairo, de 23 a 25 Março de 1961, preconizava-se pela primeira vez publicamente a unidade da Guiné e de Cabo Verde durante a luta e a união orgânica depois da independência (SOUSA, 2016, p.222).

Já nos finais da década de 50, principalmente após a independência do Gana e da Guiné-Conakry em 1957 e 1958, respectivamente, emergiu o interesse da união entre os países africanos, no sentido de fortificar a luta contra o colonialismo e neocolonialismo europeu.

A 23 de Novembro de 1958, a Guiné Conakry e o Gana manifestaram a sua intenção de se unir e, na II Conferência dos Povos Africanos de Accra, realizada de 6 a 13 de Dezembro daquele ano, incentivaram o reagrupamento dos países africanos independentes, designadamente em federações regionais progressivas ou em confederações de vários Estados (SOUSA,2016, p. 219).

Procurava-se, com estes projetos de unidade regional, contrariar a lógica de desunião engendrada pelo imperialismo e pelo colonialismo, evitar o isolamento e garantir a sobrevivência política e econômica dos Estados emergentes no contexto das independências (SOUSA, 2016, p. 219).

Alguns líderes africanos acreditavam que só a união entre os africanos é que se podia criar uma política sólida contra o colonialismo e o neocolonialismo. Foi a partir dessa decisão que resultou a criação, em Adis-Abeba, Etiópia, a 25 de Maio de 1963, da Organização da Unidade Africana (OUA), que tem dentre seus objetivos, desde promoção da unidade dos Estados africanos e assim lutar pela independência dos mesmos, também criar condições para que os Estados africanos desenvolvam de melhor maneira possível. Num artigo publicado no jornal argelino, *Révolution Africaine*, a 29 de Junho de 1963, Cabral considerava a criação desta organização como “o acontecimento mais importante da África moderna e contemporânea”[...] (SOUSA, 2016, p.221).

Todavia, a grande justificativa de Amílcar Cabral a respeito dessa união dava-se por questão histórica, étnica, social, econômica e cultural entre os dois países.

Segundo Cabral,

[...]qualquer pessoa que não seja ignorante e que estuda os problemas a sério, que conhece a história a sério, que conhece tanto relativamente às raças da sua terra, tanto na Guiné como em Cabo Verde, como à história colonial, essa pessoa, se tem de fato interesse em que o seu povo avance para frente, tem que ser a favor da unidade da Guiné e Cabo Verde. [...], qualquer pessoa que lutar a sério como o PAIGC conseguiu

lutar e está a lutar, para realizar uma coisa, na análise, estudando o problema a fundo é o seguinte: não era possível a luta na Guiné, se não fosse em conjunto, unido-PAIGC. Não era possível luta em Cabo Verde, se não fosse em conjunto, unidos-PAIGC (CABRAL apud ANDRADE, 1978, p.127).

Prossegue o líder da independência da Guiné e Cabo Verde, que a união entre a Guiné e Cabo Verde, tornava o PAIGC num partido diferente. De acordo com ele, não existe nenhum movimento só de filhos da Guiné que tenha avançado, também, não existe nenhum movimento só de filhos de Cabo Verde que tenha avançado. Na ocasião o líder da revolução salienta que o fato de o PAIGC ter êxito.

Isso quer dizer que a nossa análise foi certa, justa, sobretudo se tivermos em vista as perspectivas como entidade econômica e política viável em África, capaz de fato de realizar uma vida nova. Claro que todos aqueles que lutam pela unidade africana, entendem que nós somos o único exemplo, com a Tanzânia que resultou da União Tanganica com Zanzibar, que luta de fato pela unidade africana. Mas não existe um problema verdadeiro de lutar pela unidade da Guiné e Cabo Verde, porque, por natureza, por história, por geografia, por tendência econômica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só. Só quem for ignorante é que não sabe isso (ANDRADE, 1978, p.128).

Cabral sabia que era um processo difícil, o mesmo lhe custou a própria vida, mas ele deixou bem evidente que a pretensão da unidade entre Guiné e Cabo Verde não passaria por imposição, outrossim, dependeria da vontade popular dos dois países já independentes, passaria por um referendo ou eleição. Entretanto, Cabral também percebeu de que a união faria da Guiné e Cabo Verde, sobretudo levando em conta a situação geoestratégica de Cabo Verde, um Estado unitário forte dentro de África (FERNANDES, 2007, p.54)⁷:

No caso de haver uma decisão favorável à união, proceder-se-ia à eleição, dentre os representantes de uma e de outra Câmaras, dos deputados guineenses e caboverdianos, que constituiriam uma assembleia de cúpula, que seria órgão supremo do Poder Legislativo para a Guiné e Cabo Verde. Essa assembleia de cúpula é que na mesma hipótese de decisão favorável à União, transformar-se-ia, respectivamente, em Assembleia Nacional Guineense e Assembleia Nacional Cabo Verdiana, as quais seriam os órgãos supremos do Poder Legislativo, na Guiné e em Cabo Verde. Cada uma dessas Assembleias Nacionais designaria um Governo, que seria o órgão supremo do poder executivo no respectivo país [...] (FERNANDES, 2007, p. 54).

O PAIGC além de controlar o território guineense no mais curto prazo de tempo, conseguiu atingir o seu objetivo de libertar a Guiné-Bissau e Cabo Verde, contudo isso não

⁷ Amílcar Cabral, no seminário de quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, afirmou que um dirigente africano lhe disse “você são inteligentes. Perguntamos-lhe porquê e ele disse: Eu conheço a vossa gente na Guiné e a vossa gente em Cabo Verde. Se vocês conseguiram de fato o que estão a fazer, apesar de ser um aterra pequenina, vocês hão-de ser um país forte dentro de África (FERNANDES, 2007, p.54).

acontecesse de forma homogênea, pois, a Guiné-Bissau se declarou independente unilateralmente 24 de setembro de 1973, que Portugal só reconheceu em 1974. Enquanto que Cabo Verde só conseguiu a sua independência 5 de julho de 1975, depois de negociações com o novo governo português⁸.

3.2 UNIDADE GUINÉ E CABO VERDE NA PRÁTICA (1973-1979)

Após o PAIGC declarar a Guiné-Bissau independente da colonização portuguesa em 1973 e até 10 de Setembro de 1974, apesar de muitos países europeus reconhecerem a independência, a soberania deste país esteve dividida entre Portugal e o PAIGC, já que não havia reconhecimento português da independência (FERNANDES, 2007). Nas regiões libertadas, o PAIGC assumiu certas funções que eram próprias de um Estado:

Constituiu-se um embrião de exército regular paralelo as milícias populares, fundaram-se os armazéns do povo para garantir o abastecimento. Lançaram-se os serviços de educação e saúde, deram os primeiros passos para a organização dos tribunais populares e do próprio registro civil. No Congresso de Cassacá foram ainda criados os comités de base que coordenavam as diversas funções “autodefesa, educação, saúde, abastecimento, mobilização política etc,” (FERNANDES, 2007, p.54).

Ainda em consonância com Fernandes (2007), a entrada oficial do PAIGC em Bissau verificou-se em 19 de Outubro de 1974, com a libertação completa do território. Apesar de conseguirem uma total libertação da Guiné-Bissau, o PAIGC não solidificou o seu objetivo principal, uma vez que faltava a libertação de Cabo Verde para assim poder exercer a sua hegemonia política sobre os dois territórios. Entretanto, com a independência de Cabo Verde a 5 de Julho de 1975, o PAIGC tornou-se oficialmente uma instituição política binacional, isto é, exercendo de forma sólida a sua hegemonia nos dois territórios, afirmando o princípio da Unidade e Luta, conforme reza o ponto 2 do Estatuto do PAIGC⁹.

Vale ressaltar que antes, no congresso de Boé (1973), foram criados dois órgãos máximos do partido, que constituiriam também a estrutura política e administrativa do Estado: o Conselho Superior da Luta constituído por 85 membros e o Comité Executivo da Luta,

⁸ [...] As circunstâncias que levaram os dois países a independência logo cedo criaram empecilho ao processo da unidade. Se na Guiné-Bissau antes do reconhecimento de jure por parte de Portugal, este país funcionava como um “Estado independente”, como alguma parcela ocupada pelo Estado Português e ser reconhecido como Estado independente no Acordo de Argel, Cabo Verde permaneceu por algum período de tempo numa certa indefinição: resistência por parte de Portugal que defendia um referendo, federação com Portugal por parte de algumas forças políticas emergentes, retardaram o processo da descolonização de Cabo Verde (FERNANDES, 2007, p.51).

⁹ “O PAIGC é uma organização política do povo da Guiné e Cabo Verde e exerce a sua atividade nos dois territórios”.

composto por 24 membros. Esses órgãos foram ocupados pelos guineenses e caboverdianos. O que transmite a imagem de uma boa harmonia e relação perfeita Partido-Estados. Sublinha Fernandes (2007),

Nas vésperas da independência de Cabo Verde, numa reunião realizada em Bissau o Conselho Superior da Luta emitiu o seguinte comunicado “com a emergência próxima de Cabo Verde na comunidade internacional, inicia-se uma nova fase da construção da união da Guiné e Cabo Verde [...]” o que leva a concluir que na ótica do PAIGC, politicamente estavam lançadas as bases para o processo de união dos dois países sob a tutela do mesmo partido (FERNANDES, 2007, p.59).

No processo da construção da Unidade Guiné e Cabo Verde, o PAIGC propunha¹⁰ duas etapas: a primeira tinha por objetivo a conquista da independência nos dois países e a segunda, a união orgânica dos mesmos (FERNANDES, 2007, p.52). Ora tudo indica que o problema maior não residia na “unidade e luta” para defrontar o colonialismo, outrossim, residia na luta para formação da unidade endógena.

Com a independência de Cabo Verde, em 1975, o PAIGC deparava-se com uma condição favorável para trabalhar na realização da unidade Guiné e Cabo Verde, já que os dois países estavam livres do imperialismo português e, estavam sob tutela do partido. Ora, se politicamente o Estatuto do PAIGC subordinava os dois Estados as constituições dos dois países que sustentavam o regime na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, eram muito avarentas na institucionalização da unidade Guiné e Cabo Verde (FERNANDES, 2007, p. 51). A constituição da Guiné aprovada pela Assembleia Nacional Popular a 24 de Setembro de 1973 fazia pouca referência a unidade com Cabo Verde. A Constituição caboverdiana era mais nítida quanto à Unidade. No entanto, a sua aprovação aconteceu tardiamente, após cinco anos da independência, em 1980. Nos excertos abaixo apresentamos a menção que fazia a Constituição guineense sobre Cabo Verde:

Capítulo I

Dos fundamentos e objetivos

Artigo 1º

A Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, anticolonialista e anti-imperialista que luta para libertação total, pela unidade da Guiné e Arquipélago de Cabo Verde, assim como pelo progresso social do seu povo.

Artigo 3º

O Estado fixa-se como objetivo a libertação total da Guiné e Cabo Verde do colonialismo, a sua unificação num Estado, de acordo com vontade popular, e a unificação de uma sociedade que crie as condições políticas, económicas e culturais necessárias à liquidação da exploração do homem pelo homem e de todas as formas

¹⁰ (1973), "PAIGC - Programa e Estatutos", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84065 (2021-8-9)

de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes em proveito de indivíduos, de grupos ou de classes.

Capítulo II

Dos direitos, liberdades e deveres fundamentais

Artigo 20º

O originário do Arquipélago de Cabo Verde goza dos mesmos direitos e está sujeito aos mesmos deveres que o cidadão do Estado da Guiné-Bissau, sendo considerado, para todos os efeitos legais, como tal.

Capítulo III

A Assembleia Nacional Popular

Artigo 34º

Os deputados à Assembleia Nacional Popular prestam juramentos nos seguintes termos:

“juro que farei tudo que estiver nas minhas forças a fim de realizar os objetivos principais da Constituição: liquidação total do regime colonial, unidade da Guiné e Cabo Verde, progresso social”

O registro constitucional guineense apresenta pouca profundidade quanto ao processo da unidade da Guiné e Cabo Verde, uma vez que Cabo Verde é citado apenas quatro vezes ao longo dos 58 artigos que compõem o texto e ela não faz menção a como esse objetivo seria alcançado, em que pese a importância dele no Programa Maior do PAIGC e em que pese a importância desse projeto para Amílcar Cabral, como discutimos no capítulo. Entre as citações mais relevantes para a unidade entre Guiné e Cabo Verde destacamos o artigo 3º e o 34º.

Uma das possíveis justificativas para essa limitação do texto constitucional é que a constituição foi elaborada e aprovada ainda antes da liquidação total do imperialismo português, na Guiné e em Cabo Verde. Tal justificativa mostra-se plausível na medida em que a Constituição elaborada sob égide do PAIGC, e aprovada pela Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, reflete de maneira mais detalhada o processo da Unidade entre a Guiné e Cabo Verde (FERNANDES, 2007, p. 60), afinal os dirigentes máximos da direção do PAIGC na altura eram, na sua maioria, os caboverdianos.

Por sua vez, a constituição cabo-verdiana, foi um pouco mais explícita quanto ao processo da Unidade, na medida em que ela trazia um capítulo específico para elucidar como devia ser conduzido tal processo. Ao longo dos três artigos que compõem o Capítulo II, intitulado “Do processo de unidade com a Guiné-Bissau, do Título I da Constituição Cabo-verdiana, o texto constitucional trata de uma “vocação histórica” da unidade entre os dois países e formas de consolidá-la. Vejamos então:

Capítulo II

Do processo da unidade com a Guiné-Bissau

Artigo 22º

É vocação histórica do Povo de Cabo Verde, radicada em seus interesses permanentes, criar com o Povo da Guiné-Bissau uma união orgânica, livre e voluntária para a construção duma pátria forte e progressiva.

A união orgânica será democraticamente decidida pelos representantes legítimos, eleitos dos dois povos e sujeitos a referendo popular.

Artigo 23º

1. Para a realização da vocação histórica referida no artigo antecedente, incumbe à República de Cabo Verde incrementar e fortalecer relações de cooperação e convivência com a República da Guiné-Bissau, na base de uma estratégia socioeconômica que tenha por fim o estabelecimento de planos de desenvolvimento global e harmonioso.

2. São traços dominantes dessa estratégia a elaboração de programas de desenvolvimento convergente e complementar e a criação de condições político-administrativas que possibilitem a coordenação e articulação das estruturas do poder do Estado de Cabo Verde com as do Estado da Guiné-Bissau.

Artigo 24º

Para a concretização da vocação histórica referida no artigo 22º, o Estado de Cabo Verde consente, em termos de reciprocidade, na criação de estruturas interestatais de cooperação e coordenação, bem como na de estruturas supranacionais de integração que melhor asseguram o progresso e a justiça social para o conjunto dos povos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

A constituição cabo-verdiana, talvez por ter chegado mais tarde, trouxe uma contribuição significativa no aspecto político e jurídico para a consolidação daquele que configura como o maior princípio ancorado no Programa Maior do PAIGC, que é a unidade Guiné e Cabo Verde, em todas as suas esferas, político, social e cultural. No artigo 22º, o texto faz referência ao processo de consulta proposto por Cabral. No artigo 23º e no artigo 24º. O texto fala respectivamente da cooperação e estratégia para o desenvolvimento dos dois territórios.

No mesmo texto constitucional, no Capítulo I, do Título III, ao tratar dos órgãos de poder do Estado, especificamente da atuação da ANP- Assembleia Nacional Popular, o texto constitucional cabo-verdiano aponta em seu 68º artigo:

A Assembleia Nacional Popular da República de Cabo Verde poderá reunir-se com a sua Congénere da República da Guiné-Bissau, a fim de, em sessão conjunta, apreciarem os assuntos e questões mais importantes suscitadas pela efetivação do princípio da unidade dos dois países.

É de realçar a importância do Artigo 68º que permitia já uma espécie de fusão entre as duas Assembleias para apreciar assuntos importantes no que diz respeito à efetivação do princípio da unidade (FERNANDES, 2007, p.61). Outrossim, percebe-se a convergência de algumas prerrogativas nas duas constituições, principalmente no que diz respeito ao gozo dos mesmos direitos e deveres dos cidadãos guineenses e cabo-verdianos em ambos territórios.

Para além dos textos constitucionais aprovados no pós-independência, há outras dinâmicas importantes a salientar no processo de construção prática da unidade Guiné e Cabo Verde. Com a independência de Cabo Verde em 1975, o Partido entendeu que era preciso congregar o esforço no sentido de fazer marchar a máquina da unidade que estava apenas em nível partidário, como pontuara José Araújo de que “a unidade já está realizada no âmbito do

partido e que, portanto, a unidade política será determinante para a unidade institucional” (FERNANDES, 2007, p.62). Afinal, este era um grande sonho de Amílcar Cabral. Portanto, durante cinco anos, isto é, de 1975 a 1980, houve várias iniciativas dos dois países com a finalidade de alcançar a unidade entre Guiné e Cabo Verde.

A 25 de Junho de 1975, reuniu-se em Bissau o C.S.L onde abortou a primeira tentativa da união “constitucional” entre a Guiné e Cabo Verde. Nesta reunião foi rejeitada o primeiro anteprojeto da Constituição da União da Guiné-Bissau e Cabo Verde, curiosamente da autoria de dois caboverdianos entusiastas da unidade, José Araújo e Corsino Fortes. De acordo com o mesmo, cada um dos territórios teria um parlamento e a junção dos dois formaria a Assembleia Nacional Suprema (artigo 3), havendo ainda um Conselho da União e um Conselho de Ministros (artigo 15). E quanto aos símbolos e ao hino, a bandeira deveria ser idêntica a da Guiné-Bissau e o hino o mesmo do PAIGC- “Esta é a nossa Pátria Amada” -, tendo como divisas- Unidade, Luta e Progresso. Os autores do documento deixavam, entretanto, em aberto duas questões fundamentais: o nome a dar à União e a cidade onde deveria situar-se a sua capital (FERNANDES, 2007, p.63).

De acordo com Fernandes (2007), o anteprojeto foi rejeitado e nem chegou a ser discutido na reunião do CSL - Conselho Superior de Luta, pois ia no sentido de sufocar um Estado à nascença, além de não respeitar o Programa Maior do PAIGC, que no seu Capítulo III- UNIDADE DOS POVOS DA GUINÉ E CABO VERDE, deixou explícito que, após a conquista da independência dos dois territórios, a unidade devia respeitar a vontade popular e a união dos dois povos seria estabelecida pelos seus representantes legítimos, livremente eleitos.

Em abril de 1976, realizou-se a terceira sessão da Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, com a presença de uma importante delegação de deputados da Guiné-Bissau chefiada por Pascoal Alves, primeiro secretário da Assembleia Nacional Popular. Na mesma sessão parlamentar caboverdiana, foram eleitos os deputados que constituiriam a comissão do Conselho da Unidade. Do mesmo modo, seguindo os passos de Cabo Verde, realizou-se a 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, de 22 de Abril a 3 de Maio de 1976, sob a presidência de João Bernardo Vieira, também com uma delegação dos deputados caboverdianos, elegeu-se os deputados guineenses para constituir o Conselho de Unidade. De todo modo, a 2ª sessão ordinária da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, foi considerado de muito positivo, como afirmou o Secretário Geral do PAIGC, Aristides Pereira, “podemos afirmar que, na fase em que nos encontramos, já existem, em domínios essenciais, sérios objetivos fundamentais da unidade das duas Nações e Estados” (FERNANDES, 2007, p.65).

Posteriormente, a 11 de Janeiro de 1977 houve a primeira reunião na Guiné-Bissau com a presença do Secretário Geral do Partido, Aristides Pereira, Luís Cabral, Abílio Duarte, João Bernardo Vieira e as comissões da Guiné-Bissau e Cabo Verde, com a finalidade da instalação do Conselho da Unidade. Para isso, afirmou o Aristides Pereira que esta primeira sessão deveria elaborar um plano de trabalho, estabelecer o sistema a adoptar para que funcione esse organismo que se pretende trabalhar de maneira efetiva no sentido de periodicamente, apresentar os seus trabalhos para manter informados os Órgãos do Partido nos dois Estados a fim de se encaminhar da melhor maneira o processo da unidade Guiné e Cabo Verde (FERNANDES, 2007, p.66). No encerramento Aristides não só felicitou os presidentes das duas Assembleias, da Guiné e de Cabo Verde, assim como considerou de histórico e mais uma vitória do povo e do partido.

Todavia, o Secretário não foi o único a usar de palavras, também usaram de palavra para enaltecer o evento, João Bernardo Vieira e Abílio Duarte. João Bernardo Vieira fez a seguinte afirmação,

As nossas duas Assembleias Nacionais Populares nasceram da Vitória da nossa luta de libertação e exprimem a vontade soberana do nosso povo da Guiné e Cabo Verde. Desde o dia da sua criação, de acordo com os princípios do nosso Partido, a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e a Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde tiveram como tarefa a busca do caminho que deve conduzir a constituição da Assembleia superior da Guiné e Cabo Verde (FERNANDES, 2007, p.66).

O Presidente da Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, Abílio Duarte disse que “a constituição do Conselho da Unidade da Guiné-Bissau e Cabo Verde estamos a dar uma forma institucional a uma orientação de sempre do nosso partido, criando um organismo capaz de catalisar o processo de consolidação permanente da nossa unidade” (FERNANDES, 2007, p.66).

Durante cinco anos houve vários encontros intergovernamentais entre os dois países, houve encontros das duas delegações do Ministério de Transporte e Comunicação, que estabelece um acordo de ligação aérea entre cidades da Praia e Bissau, por aviões da T.A.C.V e da T.A.G.B. Também houve encontro na área da justiça, com a delegação guineense chefiada por Fidélis Almada, Comissário da Justiça, cuja agenda consistia no “estudo das relações entre os Tribunais Populares da Guiné-Bissau e os de Cabo Verde, problemas relativos aos atos notarias praticados aqui com efeito na Guiné-Bissau e vice versa, a questão da preparação de quadros entre os dois Ministérios [...]” (FERNANDES, 2007, p.67). Após encontro com o Ministério da Justiça caboverdiana, o Comissário da Justiça, Fidélis Almada, concedeu uma

entrevista ao Jornal Voz di Povo, assegurando que, “discutindo e legislando num sentido único, estaremos a dar mais um passo para a preparação da Unidade da Guiné e Cabo Verde, que será concretizada em fases sucessivas, de acordo com o objetivo do nosso partido” (FERNANDES, 2007, p.68).

Conquanto aconteceram vários encontros entre os dois governos em diferentes setores governamentais, houve encontros nos domínios da Saúde e Assistência Social, Educação e Cultura, etc. além das comissões que foram criadas após a primeira rampa de lançamento no sentido de institucionalização da unidade, que aconteceu na Cidade de Praia a 28 de Janeiro de 1976. Depois da reunião os dois governos produziram um Comunicado em Conjunto, assinado por Pedro Pires (primeiro ministro de Cabo Verde) e Francisco Mendes (Comissário principal do Governo, representando o governo da Guiné). No comunicado demonstraram a necessidade de criação das comissões em diferentes domínios, no sentido de um conhecimento profundo e recíproco das realidades dos dois países, a fim de darem mais consistência ao processo da unidade. Eis as comissões criadas:

- A. Comissão para a Energia, Industria e Hidráulica;
- B. Comissão para a Agricultura e Pecuária;
- C. Comissão para os Assuntos dos Negócios Estrangeiros;
- D. Comissão para os problemas decorrentes do funcionamento do Instituto de Amizade e do Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade;

Portanto, cumpre-se afirmar que todos esforços realizados pelos dois governos no sentido de trocaram experiencias e melhor se conhecerem, com a finalidade de tornar a unidade uma realidade, apresentaram resultados muitos fracos. Como forma de mudar essa dinâmica, no encontro do Conselho Superior da Luta que se realizou de 27 a 31 de Agosto de 1976 em Bissau, o Órgão deliberativo máximo do Partido entendeu que era preciso afirmar posições concretas, sair da esfera da retórica política para ser oficializada a nível do Executivo da Guiné e Cabo Verde. Por conseguinte, ordenou através da última resolução que fosse criada uma Conferência Intergovernamental, que deveria reunir semestralmente representantes dos dois governos e debater as pautas interessantes para a unidade, desenvolvimento e progresso dos dois países. “A conferência Intergovernamental acabou por se tornar o principal instituto coordenador do processo da Unidade entre Guiné e Cabo Verde nas mais diversas áreas: económica, social, política, cultural, diplomática etc. com vocação supranacional (FERNANDES, 2007, p.70).

A conferência Intergovernamental sendo encarregada de dinamizar o processo da unidade teve encontros que permitiram a cada país se posicionar sobre determinados assuntos que facilitavam o processo para a unidade. Na primeira Conferência realizada em Bissau de 4 a 7 de Agosto de 1977 foi analisada de forma profunda a situação socioeconômica dos dois países, das realizações conseguidas e das dificuldades encontradas após o exercício da soberania. Posto isto, no respeitante às relações econômicas, foi criada uma zona de livre troca; na área do transporte encontram-se os resultados mais visíveis, pois estabeleceram ligações aéreas, telefónicas e marítimas. A criação da companhia Naguicave é sem dúvida nenhuma, uma das ações mais importantes tomadas no âmbito da Unidade por se tratar de ato concreto de exploração dos dois países (FERNANDES, 2007, p.72); no domínio da Educação, as decisões vão no sentido de uniformizar o sistema geral do ensino e decidiu-se na criação de uma seção de Convergência e Complementaridade nos Departamentos de Educação dos dois países. Houve reuniões em quase toda área para o desenvolvimento e progresso dos dois países, na área da Energia, Saúde, Agricultura e Pecuária, Negócios Estrangeiros, etc.

Apesar dos dirigentes políticos fazerem tudo para mostrar às populações de que no seio do PAIGC tudo funcionava com normalidade e que o projeto da unidade era um fato a consumir mais cedo ou mais tarde [...] (FERNANDES, 2007, p.91). Sucede também que, ao mesmo tempo em que constituía um fator de força para o PAIGC, a unidade Guiné-Cabo Verde tornou-se, desde cedo, no calcanhar de Aquiles desse partido (LOPES, J.V, 2002, p.644). Foi sempre explorada como fonte de divisão pelos adversários do PAIGC. Crescia muito a dissidência no seio do partido, ainda que, para Abílio Duarte, não obstante a propaganda anti-PAIGC, os antagonismos entre cabo-verdianos e guineenses situavam-se nas cidades. Afirma ele “nas zonas rurais, o problema nunca se pôs, era um problema da pequena burguesia guineense[...]. Os camponeses guineenses não tinham absolutamente nada contra os cabo-verdianos” (LOPES, 2002, p.644). Ao contrário dele, João Bernardo Vieira asseverou que os guineenses eram apenas reconhecidos na frente de combate, mas eram os cabo-verdianos que assumiam todos os cargos e mais privilégios (TEIXEIRA, 2015, p.196). Essa ideia era comungada por alguns guineenses na altura que defendiam, numa versão corrigida, a favor da “unidade na igualdade”. Na verdade, o relacionamento entre os dirigentes guineenses e cabo-verdianos, a nível superior, tinha chegado ao extremo da desconfiança (LOPES, J.V., 2002, p.651). Descreve José Vicente Lopes (2002):

E é percebendo isso que, no III Congresso do PAIGC, Aristides Pereira chama atenção dos delegados para os desvios que se vinham operando no seio do partido. Principalmente no caso da Guiné, fala-se de corrupção, no uso excessivo da força e

noutros males típicos de países africanos recém-independentes. As palavras de Pereira são, no entanto, interpretadas como mero cumprimento de uma praxe partidária. Nada de concreto é feito contra os tais desvios (LOPES, J.V., 2002, p.649).

Realmente o processo da unidade ficava cada vez mais distante, com a acusação e desconfiança num ritmo frenético, incluindo uso excessivo de força. A gestão do Luís Cabral, o primeiro presidente da República da Guiné-Bissau foi marcada por muita instabilidade e uma série de assassinatos de líderes antes irmanados na luta (AUGEL, 2007, p.62). Todavia não quer isso dizer que essa atitude não acontecera durante a luta pela independência, uma vez que o próprio líder Amílcar Cabral foi morto por essas manobras.

3.3 FIM DA UNIDADE: VIEIRA E A SEPARAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

Houve muitas contradições durante a luta e após a luta que serviram de precedentes e originaram no primeiro golpe de estado em 14 de novembro de 1980. Este golpe foi denominado o “Movimento Reajustador”, liderado pelo então Primeiro-Ministro João Bernardo Vieira¹¹, um dos principais estrategistas das lutas libertárias, um dos braços fortes do PAIGC (AUGEL,2007, p.63). Para Fernandes (2007),

É tido como detonador da ação militar, a revisão constitucional que segundo João Bernardo Vieira objetivou-se na personalização do poder e na negação ao povo guineense da sua Identidade Nacional. É que também segundo os golpistas, enquanto que em Cabo Verde a Constituição não permite a um guineense ser Presidente, o texto do da Guiné foi elaborado de forma a permitir que um caboverdiano seja presidente e permitia a pena de morte na Guiné e não em Cabo Verde (FERNANDES, 2007, p.93).

Seguindo a mesma linha de reivindicações da ala guineense, o desequilíbrio das leis tornou-se um entrave maior na execução da unidade binacional, pois enquanto na constituição caboverdiana extinguiram a pena de morte na constituição da Guiné isso manteve-se intacta. Portanto, como afirma o politólogo guineense, Semedo (2009, p.56), “[...] pensar na unidade orgânica dos dois países sem criar certo equilíbrio nas suas leis era permitir a existência de grupos que podem encontrar na revolta a solução ou saída para a sua ambição. E foi o que aconteceu e fragilizou o propósito da organização”.

Na altura, o “Movimento Reajustador” foi recebido com muitas manifestações nacionalistas e populistas, marcadas pela rejeição dos *burmedjos* (mestiços de origem cabo-

¹¹ João Bernardo Vieira, foi o primeiro Presidente da Guiné-Bissau após a abertura democrática.

verdiana), reivindicando uma segunda libertação dos guineenses (SILVA, A.E.D, 2010, p.195).
Realça Semedo (2009):

É importante salientar que, externamente ao PAIGC, emergiu grupos com princípios nacionalistas que se opuseram à unidade Guiné e Cabo Verde e que de forma direta ou indireta influenciaram a ala guineense do PAIGC. Entre essas organizações estavam a União Patriota Anti-colonialista da Guiné-Bissau (UPANG), a Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses (JURG) e a FLING que foi a mais tradicional opositora do PAIGC e da Guiné e Cabo Verde. A propósito, sobre essas organizações, principalmente a primeira, o objetivo era acabar com o que eles chamavam de neocolonialismo caboverdiano e a aproximação que o país tinha com os países socialistas do pacto da Varsóvia e Cuba. Apesar de viver sob um regime que vedava possibilidades de manifestação popular, clandestinamente os grupos oposicionistas entre os quais, a UPANG, utilizava panfletos tanto para divulgar o seu princípio ideológico quanto para manifestar a sua oposição à unidade Guiné e Cabo Verde [...] (SEMEDO, 2009, p. 53).

Esse apoio contribuirá contundentemente na cisão da união entre Guiné e Cabo Verde. Realmente, em nenhuma historiografia e nenhum autor conseguiu apontar o real motivo para a ruptura, visto que os guineenses alegavam falta de oportunidades no aparelho do estado e os cabo-verdianos alegavam ambições de alguns guineenses. Cabral outrora chamava a atenção na existência dessa contradição e apelava a união e combate da mesma.

Para alguns estudiosos, como no caso do sociólogo guineense, Carlos Lopes, o 14 de Novembro de 1980 é a consequência da descaracterização ideológica por que foi passando o regime de Luís Cabral¹². O mesmo foi dito por Aristides Pereira, que via o golpe como consequência da política errada do seu patrício (LOPES, 2002, p.653). Contudo, reconheciam também a discrepância das realidades que se foram construindo na Guiné e em Cabo Verde, como aponta Pedro Pires:

O 14 de Novembro foi o desfecho de uma situação contraditória, duas realidades que se foram desenvolvendo e que, em vez de se aproximarem, se afastaram. Teria de ser assim. Não havendo 14 de Novembro, talvez viesse a acontecer uma outra coisa. Sabíamos, entre nós, que havia qualquer coisa que não marcha bem (LOPES, J.V., 2002, p.649).

O País passou a ser dirigido por militares, por Conselho da Revolução (CR) que, no entanto, manteve as estruturas partidárias e não defendeu alternativa política, ideológica ou programática, limitando-se, de imediato, a um genérico propósito de “reajustamento” (SILVA, 2010, p.195). Após um ano, ocorreu o I Congresso Extraordinário do PAIGC, em Bissau, de 8 a 14 de Novembro de 1981, com o objetivo de discutir a situação que o país atravessava e

¹² Luís Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral e um dos fundadores do PAIGC, foi o primeiro presidente da Guiné-Bissau independente, antes da abertura democrática.

marcado por três tópicos: (1) reafirmação do caráter transitório do “Movimento Reajustador”; (2) preservação do PAIGC como «força, luz e guia»; e (3) fim do projeto histórico da Unidade Guiné-Cabo Verde (SILVA, 2010, p.197). Ainda de acordo com o Silva, neste congresso:

Foram aprovadas 12 *resoluções* e 3 *Moções* (entre estas, a que expulsou Aristides Pereira, Luís Cabral e «todos os militantes do PAIGC que tomaram posições dissidentes ao participar na criação do PAICV» e retirando-lhes, também o estatuto de “Combatentes da Liberdade da Pátria” [...] libertação do Luís Cabral e outros presos políticos. [...] a *Resolução III* (que decide manter o PAIGC, reestruturado como partido nacional), a *Resolução IV* (que reafirma quer «a essência do PAIGC como movimento de libertação nacional no poder», quer a forma de governo da «democracia nacional revolucionária», quer o princípio político-partidário do «centralismo democrático») e a *Resolução VIII* (considera a agricultura como atividade econômica «básica e primordial») (SILVA, 2010, p.197).

Após tendo tudo sob controle, tudo indica que a ausência de uma liderança condigna levou a situação por vias indesejáveis. Porque, como ilustrou Augel:

A primeira década desse segundo governo foi marcada por tensões de ordem tribalista que, sem liderança de Amílcar Cabral, se mostraram difíceis de serem contornadas. A 17 de Novembro de 1986, as tensões se concretizaram, provocando uma série de prisões e de execuções de líderes políticos, e essas mortes ainda hoje pairam como uma sombra na história do PAIGC e de seus governantes (AUGEL, 2007, p.63).

O controlo do poder da ala guineense que reivindicava a igualdade de tratamento entre os povos da Guiné e Cabo Verde, não provocou nenhuma mudança. As reivindicações feitas a Luís Cabral e à ala caboverdiana continuaram: não aboliram a pena da morte, as perseguições se intensificaram e a ditadura tornava uma prática corrente. O então presidente João Bernardo Vieira era a única voz a ser seguida, ele controlava tudo. Nisto que, para Semedo (2009, p. 59), “as críticas feitas pelos golpistas ao regime deposto, não passavam de simples manipulação para convencer, principalmente, a comunidade internacional e a massa guineense a legitimar suas atitudes anticonstitucionais”. Enfim, o Partido que teve grande sucesso no campo militar que permitiu a libertação binacional. Com a independência não conseguiu se organizar ideológica e politicamente, deixando cair por terra o projeto da unidade binacional prevista por Cabral e no Programa Maior do próprio PAIGC.

4 A ETNICIDADE NA NAÇÃO

“Qualquer um que tenha dentro da sua cabeça a ideia de que a sua ‘raça’ é que deve mandar na nossa terra, que se prepare porque haverá guerra com ele” (Amílcar Cabral, 1969).

Nesta seção, analisaremos a visão de Cabral a respeito da etnicidade na nação, no contexto da unidade nacional, durante a luta e para a após luta. Buscamos entender à luz dos debates em torno da ideia de nação, identidade nacional e etnicidade se o PAIGC, partido que liderou até a sua trágica morte, conseguiu levar avante o projeto da etnicidade num contexto da unidade nacional como um dos objetivos primordiais da Guiné Bissau, de acordo com o projeto político de Cabral e do próprio PAIGC à época da independência. Segundo o censo de 1950, existem cerca de 30 grupos étnicos numa população nativa de 508.970 habitantes (JAUARÁ, 2017, p.137). Aos grupos étnicos corresponde igual número de línguas faladas no território guineense e todas elas já ali estavam antes da chegada dos europeus (SCANTAMBURLO *Apud* AUGEL, 2007, p.76)

Quando falamos da etnicidade e nação, falamos de duas formas de identidade sociocultural ou, se quisermos, podemos afirmar que, como nos ensina Immanuel WALLERSTEIN (2021), são variações do termo “povo”. Esses dois termos nos remetem a um passado histórico e de fenômenos políticos contemporâneos. Essas duas categorias de identidade ganharam debates nas ciências sociais, como sendo “Comunidades Imaginadas” (ANDERSON, [1983] 2008), “ligadas às memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança” (RENAN *apud* HALL, 2019). O historiador estadunidense, Benedict Anderson, refletiu sobre as comunidades imaginadas em um trabalho tem alicerçado muitas pesquisas, sobretudo, no respeitante à construção do Estado-Nação.

Entretanto, antes de entendermos a ideia da nação de acordo com projeto político de Cabral para uma Guiné independente do jugo colonial, obviamente que é necessário afirmar que a nossa posição é de verosimilhança quanto à ideia da “nação” como uma “comunidade imaginada”. Ao contrário da “etnia”, a “nação” tem merecido um maior destaque nas pesquisas das ciências sociais. De acordo com ANDERSON (2008), “a nação é uma comunidade politicamente imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Esclarece ele:

A nação é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo foi essa

fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se dispostos a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas (ANDERSON, 2008, p. 34).

É de todo perceptível que, para Immanuel Wallerstein (2021), a nação deriva da estruturação política do sistema-mundo. Ninguém nasce guineense, brasileiro ou chinês, é uma construção de identidade imaginada do mundo moderno. Em caso específico da África, não existiam as nações africanas, existiam sim, diferentes grupos étnicos com um passado histórico comum que formavam um determinado povo, até à invasão europeia criando nações modernas com limites fronteiriços e impingindo a soberania política administrativa. Afirma Wallerstein (2021),

Uma formação social só se reproduz como uma nação à medida que o indivíduo é instituído como *homo nationalis*, desde seu nascimento até a sua morte, por uma rede de aparatos e práticas cotidianas e, ao mesmo tempo, como *homo oeconomicus, politicus, religiosus* [...] (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021, p.164).

No que tange ao registro impresso das línguas como um fenômeno cultural importante para a consciência nacional, diferentemente do que aponta Benedict Anderson (2008), em muitos países africanos, particularmente no caso da Guiné, a língua que é tida como a língua da unidade nacional, ou seja, a língua vernacular que largou a base para a consciência nacional é o Crioulo, que todavia na altura do processo de independência não estava impressa, como no caso do português, francês, inglês e espanhol ou latim.

Levando em conta as diferenças de classe, grupos étnicos, gênero ou raça dentro dos membros duma comunidade, a nação como uma comunidade imaginada tenta imprimir uma cultura nacional no sentido de “unificá-los numa identidade cultural, para representa-los todos como pertencendo à mesma e a grande família nacional” (HALL, 2019, p.35). Entremente, a formação da nação muitas das vezes não se constitui de forma amorosa, “a maioria das nações modernas consiste em culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta- isto é, pela supressão forçada da diferença cultural [...]” (HALL, 2019, p.35).

A pergunta que se faz, o porquê da criação da nação? Obviamente que as nações são sempre compostas por diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero, como havíamos mencionado. Porém, a criação da nação pelos Estados soberanos, vai no interesse da uniformidade administrativa que aumenta a eficácia de suas políticas, com o intuito de impedir a ruptura de interesse comum, que possa facilitar as ameaças internas e externas. Enquanto isso, de acordo com Wallerstein, (2021) os Estados soberanos são obrigados a desenvolverem um

sentimento “nacional” para diminuir as ameaças. Na mesma linha de raciocínio, o sociólogo jamaicano, Stuart Hall (2019) reconhece as diferenças internas no seio duma nação, contudo, em direção a sua “unificação” é deveras o exercício de diferentes formas de poder cultural.

Conquanto, o que é perceptível e aceitável em toda essa discussão da nação como uma comunidade imaginada, citando a antropóloga e professora da Universidade de São Paulo, Lilia Moritz Schwarcz, no penúltimo parágrafo do prefácio da “Comunidade Imaginada” de Benedict Anderson, ela afirma que as nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Ou seja, é preciso algo que nos possibilita imaginar e é necessário imaginar. Para ela, “não se imagina no vazio e com base em nada. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados ‘naturais e essências’; poucos passíveis de dúvida e de questionamento” (SCHWARCZ, *in* ANDERSON, 2008, p.16).

Apesar de nas ciências sociais a etnicidade e nacionalismo terem merecido amplo debate, afirma-se que a questão da “etnia” é a menos estudada pelos antropólogos¹³, dando prioridades a outras questões, como por exemplo de raça, parentesco, da economia e de simbolismo. Não obstante o desinteresse dos antropólogos pela questão “étnica”, a terminologia “etnia” ou “tribo” fora criada pelos antropólogos europeus no sentido de substituir a “nação”, ou seja, para classificar as sociedades africanas, ameríndias e asiáticas de inferiores as sociedades ocidentais. É cada vez mais evidente que a antropologia formou-se com base na rejeição da história e que essa rejeição manteve-se desde então (AMSELLE; M’BOKOLO, 2017, p.30).

O antropólogo francês, Jean-Loup Amselle, foi categórico ao afirmar que não existia nada que se assemelhasse a uma etnia durante o período pré-colonial. As etnias procedem apenas da ação do colonizador que, em sua vontade de territorializar o continente africano, recortou entidades étnicas que acabaram sendo reapropriadas pelas populações (AMSELLE; M’BOKOLO, 2017, p.30).

A antropologia foi a disciplina que praticamente trabalhou ao “serviço” do colonialismo e boa parte dos antropólogos congregavam as mesmas concepções sobre a “etnia”. Podíamos estar a citar os nomes e as definições que muitos antropólogos deram ao termo “etnia”, porém,

¹³ Para Jean-Loup Amselle, “é um truísmo afirmar que a questão da “etnia” está no centro da antropologia e que é constitutiva de sua abordagem. No entanto, fácil constatar que esse tema de investigação não despertou, até um período recente, um entusiasmo exagerado por parte da maioria dos antropólogos. Na realidade, temos a sensação, ao percorrer a literatura, de que o tratamento do problema da etnia é considerado pelos pesquisadores de campo com uma corveia da qual é preciso se livrar o mais rápido possível para abordar as “verdadeiras” esferas: aquelas do parentesco, da economia ou do simbolismo” (AMSELLE e NBOKOLO, 2017, p.28).

isso nos levaria a um debate muito extenso, que não é a nossa intenção nesse texto. Todavia, já que praticamente maioria desses antropólogos se alinharam na mesma acepção sobre a “etnia”, vamos trazer apenas três definições para melhor elucidar o texto.

Para P. Mercier, a etnia é um “grupo fechado, descendente de um ancestral comum ou mais geralmente tendo uma mesma origem, possuindo uma cultura homogênea e falando uma língua comum, é igualmente uma unidade de ordem política. [...] (AMSELLE; M’BOKOLO, 2017, p.35).

Enquanto isso, para F. Barth

o grupo étnico geralmente serve para designar uma população que: 1) tem uma autonomia de reprodução biológica; 2) compartilha valores culturais fundamentais que se atualizam em formas culturais que possuem uma unidade patente; 3) constitui um campo de comunicação e de interação; 4) tem um modo de pertencimento que distingue e que é distinguido pelos outros na medida em que constitui uma categoria distinta de outras categorias de mesma espécie (AMSELLE; M’BOKOLO, 2017, p.37).

Por fim, J. Richard Molard considera que entre “os negros primitivos da floresta [...] o conjunto étnico é um espaço de paz entre coletividades com parentescos reais ou fictícios, as relações são menos tensas entre elas do que com as coletividades de etnias vizinhas (AMSELLE; M’BOKOLO, 2017, p.35).

Portanto, percebe-se uma sintonia quanto ao critério para definir um grupo étnico, de acordo com as acepções desses antropólogos, como a questão da língua, costume, espaço e sobretudo a consciência social de pertencimento a um mesmo grupo- “comunidade imaginada”. No entanto, subscrevo a ideia do antropólogo francês, Jean-Loup Amselle que defende que

Poder-se-ia dizer que o denominador comum de todas essas definições da etnia corresponde em definitivo a um Estado-nação de caráter territorial medíocre. Distinguir rebaixando era exatamente a preocupação do pensamento colonial, e assim como era necessário “encontrar o chefe”, também era necessário encontrar, no seio do magma de populações residindo nos países conquistados, entidades específicas (AMSELLE; M’BOKOLO, 2017, p.38).

No entanto, como havíamos mencionado acima, não se pretende que esse capítulo siga por viés de uma análise extensa antropológica a respeito da “etnia”, outrossim, pretende-se considerar apenas o segundo momento, aquando da reivindicação dos “etnônimos” e “etnias” criados pelos colonizadores que transformarão pelos agentes, segundo Jean-Loup Amselle em instrumento ideológico de determinação social. Conseqüentemente, consubstanciava do mesmo modo na resistência ao colonialismo e na afirmação da cultura dos povos africanos, assim como num fator de perigo de acordo com Cabral, quando esse instrumento é mal usado e tomará a

forma de tribalismo - para isso Cabral sempre defendeu o viés nacionalista de unidade nacional no sentido de unificar as diferenças étnicas existentes entre os povos guineenses e caboverdianos.

Entretanto, vale lembrar que muito antes da chegada dos europeus a África em geral era composta por grandes impérios formados por diferentes etnias, e existia sempre a rivalidade entre as etnias. Mas também, os impérios mantinha uma forte organização social. Portanto, com a expansão dos europeus, precisamente com a presença em África, destruíram totalmente a forte organização social dos africanos, aumentando assim de forma feroz o tribalismo no sentido de poderem apropriar dos territórios e riquezas africanas. Assim sendo, entendemos que o tribalismo já fazia parte da realidade africana desde os anos remotos, porém, com o contexto da colonização, onde os europeus trouxeram uma nova forma da organização política, social e económica, o tribalismo transformou-se numa arma letal para dividir e reinar. Isto dificultou muito a construção do nacionalismo africano na altura da luta pela independência. Cabral teve que recusar várias vezes a existência do tribalismo, em prol do nacionalismo africano.

Para José Carlos Venâncio (apud TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares, 2008)

Durante a luta pela independência dos países africanos, emergiu-se o nacionalismo africano moderno, em cuja liderança podemos destacar uma elite “destribilizada” assentou [...] as suas reivindicações cívicas e políticas na procura de uma identidade nacional (apud TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares, 2008, p.161). Amílcar Cabral era de ascendência cabo-verdiana, logo não podia identificar-se com nenhum grupo étnico ou tribal da Guiné. A sua posição de “neutralidade” deixava num lugar privilegiado e confortável para se perfilar como artífice da nova consciência nacional [...] (TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares, 2008, p.162).

Na sua definição dos diferentes níveis de “realidade” que é preciso ter em conta, Cabral fala explicitamente da “realidade étnica” (LOPES, C.,2012, p.84). De acordo com Amílcar Cabral a característica principal do domínio imperialista é a negação do processo histórico e cultural do povo dominado. Se o domínio colonial cria um perfeito sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado, esse domínio provocava conjuntamente uma “alienação cultural” de parte da população, pela falaciosa assimilação ou pelo abismo ainda maior entre as elites autóctones” (MACEDO, 2016, p.186). Nisso é que considera a libertação nacional como um ato de cultura, no sentido de preservar a cultura do povo dominado e rejeitar a cultura do opressor. Ainda para Cabral:

o movimento de libertação, representante e defensor da cultura do povo deve ter consciência do facto de que, sejam quais forem as condições materiais da sociedade que representa, esta é portadora e criadora de cultura, e deve, por outro lado, compreender o carácter de massa, o carácter popular da cultura, que não é, nem poderia ser, apanágio de um ou de alguns setores da sociedade (CABRAL apud SANCHES, 2012, p.362).

Sustenta o Paulo Freire, que quando um país possui diversas línguas, diversas culturas, deve-se valorizá-las em seu conjunto ao promover uma unidade cultural nacional. A diversidade é uma grandeza, não uma deficiência (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p.77). Portanto, a independência política não podia prescindir da independência cultural.

Para o africanista Patrick Chabal (apud NEVES, 2015, p. 337), a oportunidade de percorrer toda a Guiné e de falar com os aldeões foi uma experiência crucial para Cabral, que, tendo sido educado em Cabo Verde e Portugal, não possuía, até então, real conhecimento da Guiné (NEVES, 2015, p. 337). Preocupava muito Amílcar Cabral a “união interétnica”, sendo que a Guiné Bissau é composta por diversidade étnica, de forma que poderia interferir muito no desenvolvimento do país. No Seminário de Quadros afirma que: “existia o problema das tribos, dos grupos étnicos; é uma grande fraqueza [...] é nisto que consiste uma das grandes fraquezas da nossa luta. E seria muito mau se não fizéssemos o necessário para eliminá-lo do caminho da luta” (CABRAL apud LOPES, C., 2012, p.85).

Cabral, pode-se dizer que a primeira ação que procurou fazer sobre a Guiné-Bissau, foi estudar e compreender todo o seu mosaico étnico para conseguir entender cada etnia. Ora, na sua visão holística caracterizava as etnias estruturalmente de horizontais e verticais. Não obstante, ele tratava o povo guineense como único, mas não desvalorizava a “realidade étnica”. Ele considerava a identidade “étnica” uma realidade no seu pleno direito, que é tão importante como a realidade econômica ou social (LOPES, C., 2012, p.84).

O périplo que Cabral fez em território guineense, permitiu-lhe acreditar que se os colonizadores tinham como objetivo dividir para reinar, o avanço para a luta armada só podia carregar um objetivo “fazer centenas de homens, milhares de homens e mulheres pensando da mesma maneira, buscando a mesma coisa”, algo que era muito difícil na altura conseguir - essa ideia nos transmite a projeção de uma comunidade imaginada. Portanto, Cabral chegou à conclusão que era impossível a “uma só camada social” fazer “a luta contra o colonialismo”, pois esta exigia “a realização efetiva da unidade nacional”. Isto é, a união de todas as “classes” e/ou de todas as etnias que compunham o mosaico étnico na Guiné, a que denominou de classe-nação (TORRALBA, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares, 2008, p.163).

Cabral sabendo da fraca homogeneidade populacional, chamou atenção às consequências do tribalismo, da guerra entre etnias e considerava esse de alicerce político de um dado grupo sociopolítico¹⁴, e que se não houver ninguém para lhes colocar uns contra os outros não existe conflito. Os sentimentos “étnicos” não constituem problemas em si. Só existe perigo quando esses sentimentos são exacerbados por dirigentes oportunistas e ambiciosos à procura da sua promoção pessoal (LOPES, C., 2012, p.86). Como considera Álvaro Nóbrega:

[...] o nicho étnico é irresistível para a classe política que sabe ser possível colher ali, entre os seus, os votos para chegar ao parlamento e, quiçá, ao poder. Todavia, o discurso alicerçado na etnia alimenta-se de ressentimentos e estimula a desconfiança sobre o outro, não favorecendo o projeto nacional. E essa opção constitui, tal como no passado, um dos maiores perigos que desafia a democratização em países etnicamente fragmentados (NÓBREGA, 2015, p.98).

Em conformidade com Lopes, C. (2012, p.86) é verdade que Cabral regozija da diminuição do sentimento tribal a favor de um Estado “moderno”, mas isso se passa no que concerne à estrutura administrativa ou política e não implica necessariamente uma diminuição do sentimento “étnico”. Prossegue Lopes

Ele louva com frequência e de forma inequívoca a “eticidade” pelo seu papel como receptáculo de herança cultural, como fator de identidade e, portanto, como detonador da resistência contra o imperialismo. E na, sua perspectiva pós-colonial, pretende explicitamente “o desenvolvimento da cultura dos diversos grupos étnicos”. Em todas as passagens evocando a “eticidade”, Cabral não põe em causa a identidade, enquanto tal, mas a sua instrumentalização, feita por pessoas ou entidades interessadas (LOPES, C., 2012, p.87).

Portanto afirmava Cabral que, para que a cultura pudesse desempenhar o papel importante que lhe competia no âmbito do desenvolvimento, “deveriam saber preservar os valores culturais positivos de cada grupo social bem definido, de cada categoria, realizando confluências desses valores[...], dando-lhes nova dimensão - a dimensão nacional” (SANCHES, 2012, p.366). Mas importa não perder de vista que nenhuma cultura é um todo perfeito e acabado. A cultura, tal como a história, é necessariamente um fenômeno em expansão, em desenvolvimento (SANCHES, 2012, p.369).

¹⁴ “Há gente que até tem desprezo pelas suas tribos, gente que já não quer saber disso para nada, que estudou nas Universidades, em Lisboa, ou Oxford ou mesmo na capital da sua própria terra, mas que hoje, por causa do acesso da África à independência, quer mandar, quer ser presidente da República, quer ser Ministro, para poder explorar o seu próprio povo. Então, como isso não lhes foi possível por qualquer razão, lembram-se: “eu sou lunda, filho de lundas, descendentes do rei lunda. Povo lunda levantan-te porque os bacongós querem comer-nos”. Mas não é nada por causa de lundas ou bacongós, é pelo fato de querer ser presidente, de ter todos os diamantes, todo ouro, todas coisas boas na sua mão, para poderem fazer o que querem, para viverem bem [...] (CABRAL, *Apud* ANDRADE, 1978, p. 144).

Realça Fábio Baqueiro Figueredo que a transformação das identidades étnicas em uma consciência nacional não era percebida de forma alguma como um processo que pudesse ser confiado ao seu próprio desenvolvimento interno. Ela precisava ser politicamente produzida (FILHO; NASCIMENTO; FIGUEREDO, 2018) tal como apontam Anderson, Hall e Wallerstein. Era preciso para Cabral trabalhar politicamente no sentido de eliminar as hostes nacionalistas e na criação de um Homem Novo, dentro de um quadro da unidade nacional.

Após a independência com o regime do partido único de PAIGC, o Partido congregava elementos de diferentes etnias que formam o mosaico cultural guineense assim como os caboverdianos. Todavia não se pode olvidar que durante a luta sempre existiu uma pequena desconfiança entre alguns militantes guineenses e caboverdianos. O PAIGC realmente não conseguiu sanar essas desconfianças o que culminaria com o golpe de estado de 1980 e a ruptura da unidade Guiné e Cabo Verde. Como havia mencionado no final do capítulo anterior, após a separação com Cabo Verde, a primeira década do governo de João Bernardo Vieira foi marcada por tensões de ordem Tribalista, que a 17 de Novembro de 1986, se concretizaram, provocando uma série de prisões e de execuções de líderes políticos. Essas mortes ainda hoje pairam como uma sombra na história do PAIGC e de seus governantes (AUGEL, 2007, p.63).

Por conta da limitação dos materiais a respeito da existência do tribalismo nos períodos do nosso recorte temporal, faremos o exercício de extrapolar o limite temporal da pesquisa. Pois, constatamos que tem intensificado nos últimos anos o debate do tribalismo na sociedade guineense.

Com a abertura democrática e o multipartidarismo, surgiram alguns partidos na Guiné que faziam frente ao PAIGC que liderou o processo de independência. Nessa senda, a grande preocupação que outrora Cabral nutria, era de criar partidos na base de “raças” ou dos que têm e dos que nada têm. Temia assim que isso fosse aproveitado pelo “inimigo” para dividir ainda mais as hostes nacionalistas [...] no pós independência, à semelhança do que ocorria em vários países africanos do seu tempo (TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares, 2008, p.171).

Por certo, não existe nenhum partido na Guiné-Bissau que foi criado na base de “raças” ou dos que têm capital financeiro e dos que não têm capital financeiro, existem sim, partidos com maiores simpatizantes duma etnia, mas nada que se justifica a um partido de cunho tribal, pois existem simpatizantes de diferentes etnias nos diversos partidos existentes na Guiné.

Após as eleições de 1994, tendo como vencedor João Bernardo Vieira e com a eleição presidencial vencida por Kumba Yala em 2000, o país começou a sentir a pressão de cunho tribalista que muitos denominam de “balantização” (a expressão é cara ao ativista guineense,

Fernando Casimiro), o facto de o presidente pertencer na altura a etnia maioritária da Guiné, a etnia Balanta. E por ter nas Forças Armadas Revolucionária do Povo (FARP) um quadro de efetivos maioritariamente pertencentes a etnia Balanta, isso passou a ser visto como um perigo por alguns políticos. É importante salientar, no entanto, que durante a luta de libertação os quadros dessa etnia foram os que maioritariamente se disponibilizaram à frente nas linhas de combate.

Assim, apesar da controversa vinculação, desde já o PRS (Partido da Renovação Social) tendo como seu líder principal Kumba Yala¹⁵, passou a ser conotado à etnia Balanta. Da mesma maneira, as Forças Armadas Revolucionária do Povo neste período foram conotadas a esse partido, por ter maioritariamente dos seus dirigentes da etnia Balanta.

Enfim, não existem estudos ou pesquisas que apontem a existência de tribalismo na Guiné-Bissau no passado ou no presente. No entanto, existiram e existem sim exemplos de tentativas de incitação e segregação tribalista por parte de membros da elite política, como Cabral outrora afirmara:

Numa entrevista concedida a Basil Davidson, muito provavelmente em 1966, Amílcar Cabral atribuía a existência de conflitos entre os vários povos às elites que as governavam: “Na minha opinião pessoal – afirmava Cabral - não há conflitos reais entre os vários povos da África. Apenas existem conflitos entre as suas elites” (SOUSA, 2008, 164).

Tendo em conta a realidade guineense mais recente que nos remete à crise iniciada em 2014, em que a Guiné encontra-se numa situação de graves problemas políticos, económicos e sociais, resultados de má governação que se piorou com o golpe de estado naquele ano. Como enaltece o líder político do Partido da Unidade Nacional (PUN), Idrissa Djaló, para opor-se a um governante, estabelece-se a ligação ao seu grupo étnico ou à sua religião, com todos os riscos que tal representa para a coesão nacional. Afirma Djaló que para combater Kumba Yala invocou-se o perigo balanta. Quando o combate era contra Malam Bacai Sanha¹⁶, ressaltou-se a ameaça muçulmana. Com Umaro Sissoko Embaló¹⁷, é o perigo fulani¹⁸.

¹⁵ Kumba Yalá, foi presidente da Guiné-Bissau de 2000 a 2003. Tomou posse a 17 de fevereiro de 2000 e foi deposto por um golpe de militar em 14 de Setembro de 2003.

¹⁶ Malam Bacai Sanha foi presidente da República da Guiné-Bissau em 2009 e faleceu no poder por questão de saúde, em 9 de janeiro de 2012.

¹⁷ Umaro Sissoko Embaló foi o presidente eleito numa eleição conturbada de 2019, eleição que mais segregou a sociedade guineense, tendo como seu maior segregador o próprio Embaló, com as suas falas de cunho tribal e religioso.

¹⁸ Opinião consultada no blog <http://ditaduraeconsenso.blogspot.com/> (Por uma nova cultura política), em 21/03/2021.

Em entrevista à Lusa “jornal português”, o presidente dos Renovadores (PRS), Alberto Nambeia, apelou ao civismo em 2018 nas campanhas eleitorais e, afirmou que “o tribalismo (na Guiné-Bissau) é fomentado por certos políticos, mas na realidade não existe. As pessoas fomentam esse assunto quando querem conquistar o voto de um determinado grupo étnico, sobretudo nas eleições”¹⁹.

De igual modo, o sociólogo Infali Donque também posicionou contra qualquer tipo de atitude que vise a divisão interétnica, afirmando que este tipo de atitude devia ser, de facto, liminarmente condenado e rejeitado na nossa sociedade, porque isso não deve ter lugar. Considerando um ganho até aqui da boa relação de vizinhança entre a comunidade guineense, uma interligação e penetração forte, em termos de laços, e, portanto, até aqui, a Guiné-Bissau marcou a diferença em toda a sub-região". Na mesma entrevista para uma boa convivência interétnica, Helder Té apela a um diálogo nacional, com representantes de cada etnia da Guiné-Bissau - régulos e chefes de tabancas - "para mostrar à sociedade em geral que a Guiné-Bissau é uma única nação, é um povo." Ainda para ele "Pode haver uma ou outra diferença em termos étnicos, mas aquela diferença é uma parte ínfima daquilo que nos une no país", conclui²⁰.

Se Amílcar Cabral tivesse vivido tudo isso que a Guiné vem passando com as perseguições políticas e tentativas de instrumentalização tribal para dividir a nação que ele tanto almejou e lutou, ficaria muito revoltado, pois isso vai de desacordo com o projeto desenhado. Pois, não era essa hipótese dele para a construção da nação guineense. Cabral sonhava com uma nação de “Homens Novos” vivendo em unidade nacional.

Em jeito de conclusão pode-se esboçar que apesar de no início parecia uma questão difícil de acreditar, para alguns podia até ser uma utopia de Cabral, mas realmente deu certo, na luta e assim como no pós-independência, apesar de vários sobressaltos políticos. A Guiné vive numa relação de grande comunhão interétnica idealizada por Cabral, apesar de os políticos tentarem a todo custo segregar para conquistar os votos, mas nada demonstra a existência do tribalismo, fenómeno que se mantém restrito à classe política, que se recusou em transformar-se em um Homem Novo, como propôs Cabral.

¹⁹ Acessado em: <https://observador.pt/2018/11/02/prs-pede-civismo-e-diz-que-nao-ha-tribalismo-na-guine-bissau/>

²⁰ Acessado em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-todos-diferentes-uma-%C3%BAnica-na%C3%A7%C3%A3o/a-53686510>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou investigar a concretização do projeto político idealizado por Amílcar e o PAIGC, em duas temáticas: no concernente à unidade Guiné e Cabo Verde, e na ideia da construção da unidade nacional guineense, reconhecidas as diversidades culturais dos grupos étnicos que compõem a população nacional. Além disso, buscamos debater com a trajetória de Amílcar Cabral expressa-se em suas propostas para a atuação do PAIGC nos territórios de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

O trabalho revelou que, apesar da ideologia da unidade Guiné e Cabo Verde ter sido sempre ameaçada, porém, durante a luta de libertação, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde de certa forma conseguiu lidar com essas ameaças, não obstante a morte do seu carismático líder. Outrossim, conseguiu libertar os dois territórios do jugo colonial português. Aliás, Cabral jamais se resignou a desistir, sempre acreditou e fez acreditar os guineenses e caboverdianos o quanto a união seria benéfica para essas duas nações. No entanto, com a independência e os dois estados sob governação do partido único, houve encontros das delegações das duas nações com a finalidade do cumprimento da unidade, porém, sem grandes resultados. As contradições, as desconfianças já existentes durante a luta ressurgiram de novo no seio do partido, com os guineenses alegando uma desigualdade de oportunidades e um desequilíbrio total nas leis, enquanto que em Guiné um caboverdiano podia ocupar todos os cargos, numa situação contrária um guineense não podia ocupar todos os cargos em Cabo Verde, principalmente, do presidente; também em Cabo Verde eliminaram a pena de morte, ao passo que na legislação guineense continuava a existir.

Essas alegações também foram reforçadas pelos movimentos anti-unidade, que viam os caboverdianos como neocolinizadores. Muitas contradições e desconfianças que posteriormente resultaria em golpe de estado, denominado de “Movimento Reajustador” que poria fim ao processo da unidade da Guiné e Cabo Verde. De acordo com a investigação que fizemos, chegamos à conclusão de que as alegações do “Movimento Reajustador” que era apoiada por uma significativa massa popular guineense não só “provocou uma profunda alteração na estrutura interna da legenda com a desvinculação da parte caboverdiana, mas contribuiu na desarticulação de cérebros cuja ausência fez estagnar os projetos de desenvolvimento iniciado [...]” (SEMEDO, 2009, p. 94). O próprio Movimento Reajustador, que tanto criticou a governação do Luís Cabral não conseguiu cessar as perseguições políticas, a ala militar dirigida por João Bernardo Vieira assumiu as rédeas do partido negando qualquer

possibilidade de existência de um grupo antagônico às suas pretensões, ficando como a única voz a ser seguida.

Ademais a pesquisa nos permitiu observar que Amílcar Cabral defendia a ideia da unidade binacional ao mesmo tempo defendia a ideia duma unidade dos povos da Guiné, respeitando todas individualidades e grupos étnicos. Contudo, Cabral alertou sobre a necessidade da rejeição de qualquer fundamentação tribalista por parte de lideranças políticas que poderiam querer usar o tribalismo como arma para conseguir resolver os seus problemas. Para isso, o PAIGC deixou patente no ponto dois do segundo capítulo do Programa Maior²¹, que a unidade tomará em consideração as características dos diversos grupos étnicos nos planos social e cultural, seja qual for a população desse grupo. No entanto, percebe-se que apesar de existirem, ao longo dos anos, diferentes tentativas de excitação política de cunho étnico, até então nada confirma que o país realmente tenha mergulhado nas campanhas de politização das etnias. O prelúdio desse acirramento de cunho étnico é a consequência do golpe de Estado de 1980. Desde lá, aconteceu sucessivos golpes de Estados e por termos nas FARP²² população maioritária da etnia balanta de imediato os golpes de estado foram correlacionados a essa etnia, como a que não quer ou está a sabotar o desenvolvimento da Guiné, até ao ponto de ligá-la à um determinado partido político, o PRS. Todavia, nada justifica a existência de um conflito étnico na Guiné-Bissau.

Portanto, em conformidade com a nossa pesquisa a grande dificuldade que o PAIGC teve no cumprimento da ideologia binacional, tem a ver com a falta de uma liderança capaz de impulsionar as partes por um interesse comum, além de deixar instalar-se a cultura de violência que, conseqüentemente fez o partido perder a credibilidade interna. “Comportamento que o fez desperdiçar a oportunidade de atingir o objetivo maior e, sobretudo, o país deixou de garantir segurança social e política aos seus cidadãos e se transformou num ciclo permanente de instabilidades” (SEMEDO, 2009, p. 97). Enfim, é preciso reforçar a ideia da unidade nacional no sentido de evitar o crescimento de onda tribalista.

²¹ (1973), "PAIGC - Programa e Estatutos", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84065 (2021-8-6)

²² FARP- Força Armada Revolucionária do Povo.

Referências

- AMSELLE, Jean-Loup; MBOKOLO, Elikia (orgs.). *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017, 283p.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem do nacionalismo*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2008, 336p.
- ANDRADE, Mário Pinto de (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral: a Arma da Teoria Unidade e Luta I*. 2.ed. Portugal: Ed. Seara Nova, 1978. 247p.
- AUGEL, Moema Parente. *Desafio do escombros: Nação identidades e pós colonialismo da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2007. 437p.
- BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Raça, Nação e Classe: as identidades ambíguas*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2021, 384p.
- CABRAL, Amílcar. *A arma da teoria*. Portugal: Avante, SARL, 1984. 55.p.
- CABRAL, Amílcar. *Unidade e luta.....*
- COUTO, Hildo Honório; EMBALÓ, Filomena. *Literatura, língua e cultural na Guiné-Bissau: um país da CPLP*. Brasília: Ed. Thesaurus, 2010, 254p.
- FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. *Guiné-Bissau e Cabo Verde: Da unidade à separação*. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.
- FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. *Intelectuais das áfricas*. In:_____. Amílcar Cabral: Construção da Nação e modernização da cultura. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2018, 479p.
- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau*. Brasil: Ed. Paz e Terra, 2014. 272p.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sergio. *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.228p.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12.ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2019, 64p.
- JAUARÁ, Manuel. *Análise do processo de transição democrática na África lusófona*. Brasil: Ed. CRV, 2017. 406p.
- LOPES, Carlos (org). *Desafios Contemporâneos: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. 215p.
- LOPES, José Vicente. *Aristides Pereira: Minha vida nossa história*. Praia: Spleen edições, 2012. 493p.
- LOPES, José Vicente. *Cabo Verde. Os Bastidores da Independência*. Praia: Spleen Edições, 2002.

- MACEDO, José Rivair (org). *O pensamento africano no século XX*. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. 368p.
- MEDEIROS, Tomás. *A verdadeira morte de Amílcar Cabral*. 2.ed. Lisboa: Althum.com, 2014.
- NEVES, José. Ideologia, ciência e povo em Amílcar Cabral. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.2, abr.-jun. 2017, p.333-347.
- NÓBREGA, Álvaro. *Guiné-Bissau: Um Caso da Democratização Difícil (1998-2008)*. Portugal: Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2015. 192p.
- PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE. *Estatutos do partido-1973*. Praia: Fundação Mário Soares, 7p.
- ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire e Amílcar Cabral: A descolonização das mentes*. Edições. L. São Paulo: Editora e livraria Paulo Freire, 2012. 121p.
- SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Malhas que os impérios tecem: Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012. 383p.
- SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. PAIGC: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974-1990). 2009. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- SILVA, António Duarte. *Invenção e Construção da Guiné-Bissau*. Lisboa: Ed. Almeida, 2010. 312p.
- SILVA, Francisco Henriques da. SANTOS, Mário Beja. *Guiné-Portuguesa à Guiné-Bissau um roteiro*. 1.ed. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda, 2014. 530p.
- SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e morte de um revolucionário*. 1.ed. Coimbra: Edição do autor, 2016. 621p.
- TOMÁS, António. *Fazedor de utopias: Uma bibliografia de Amílcar Cabral*. Portugal: Ed. Tinta da China, 2007. 344p.
- TORGAL, Luis Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares. *Comunidades imaginadas: Nação e nacionalismo em África*. Actas de seminário internacional. Coimbra, 2008.